

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

**Uma estratégia para o desenvolvimento económico e
sustentável de Reguengos de Monsaraz:
Um estudo de caso numa perspetiva empreendedora**

Beatriz Godinho de Almeida

Lisboa, janeiro de 2024

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

**Uma estratégia para o desenvolvimento económico e
sustentável de Reguengos de Monsaraz:
Um estudo de caso numa perspetiva empreendedora**

Beatriz Godinho de Almeida

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Empreendedorismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor José Duarte Moleiro Martins.

Constituição do júri:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Pinheiro

Arguente: Prof. Doutora Tânia de Jesus

Vogal: Prof. Doutor José Duarte Moleiro Martins

Lisboa, janeiro de 2024

Agradecimentos

Ainda que o caminho das realizações deva muito à minha obstinação inerente, nada seria igual sem aqueles que me acompanham, apoiam incondicionalmente e aqueles que fizeram este estudo ganhar vida.

Às mulheres da minha vida: a minha mãe, que é a minha fonte primordial de inspiração, como mulher, como profissional, de quem herdei a determinação e a quem dedico esta dissertação; a minha tia e a minha avó, que são suportes emocionais imprescindíveis à pessoa que sou.

Ao meu marido, que é o meu porto seguro, que acompanhou e incentivou incessantemente o quotidiano deste projeto, assim como os meus sogros que elevaram sempre a minha vontade de ir mais além no meu percurso académico, e às minhas “irmãs” que também são pilares essenciais à minha estrutura.

Ao meu orientador, que admiro, Professor Doutor José Duarte Moleiro Martins, pela colaboração constante, imediata, e pelas palavras de encorajamento ao longo deste desafio.

Aos meus entrevistados que permitiram a realização deste estudo e deram sentido a cada palavra desenvolvida.

Bem-haja a todos!

Resumo

O desenvolvimento das regiões do interior em Portugal é um movimento crescente que toma cada vez mais lugar nas agendas das políticas públicas e é ponto elementar para os seus habitantes, como forma de criação de emprego.

O empreendedorismo é uma ação imprescindível para que este desenvolvimento suceda e se torne sustentável, e tem vindo a ser base para a criação de diversas formas de dinamização social, cultural e de trabalho, revitalizando as regiões menos desenvolvidas do país.

A partir de um estudo de caso sobre o concelho de Reguengos de Monsaraz, foi recolhida uma amostra sobre o seu desenvolvimento económico e sustentável numa perspetiva empreendedora, a fim de auscultar a realidade atual.

Desta forma, foram elaboradas questões de investigação que sustentaram a pesquisa desta dissertação, relacionando o empreendedorismo, medidas de retenção e atração de população, criação e promoção de mais emprego qualificado, incentivos aos empreendedores, estratégias de desenvolvimento e o turismo, e ouvidas as vozes daqueles que todos os dias batalham para o progresso da sua região.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Desenvolvimento; Estratégia; Turismo.

Abstract

The development of inland regions in Portugal is a growing movement that is increasingly growing on public policy agendas and is essential for their inhabitants as a way of creating jobs.

Entrepreneurship is essential for this kind of development to succeed, become sustainable and has become the basis for the creation of various forms of social, cultural and employment dynamism, revitalizing the country's less developed regions.

Based on a case study of the municipality of Reguengos de Monsaraz, a sample was taken of its economic and sustainable development from an entrepreneurial perspective, in order to understand the current reality.

Research questions were developed in order to elaborate this dissertation, relating entrepreneurship, population retention and attraction measures, the creation and promotion of more qualified jobs, incentives for entrepreneurs, development strategies and tourism, and the voices of those who battle every day for the progress of their region were heard.

Keywords: Entrepreneurship; Development; Strategy; Tourism.

Índice

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	ix
Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. A importância do tema	1
1.2. Objetivos de Investigação	1
1.3. Contributos esperados do estudo	2
1.4. Apresentação do trabalho	2
Capítulo 2 - Revisão da Literatura	3
2.1. Empreendedorismo	3
2.1.1. Conceito de empreendedorismo	3
2.1.2. Empreendedorismo sustentável	5
2.1.3. A importância do empreendedorismo no desenvolvimento do turismo sustentável.....	6
2.2. Estratégia	8
2.2.1. Conceito de estratégia.....	8
2.2.2 O desenvolvimento sustentável como uma orientação estratégica do negócio.....	10
2.3. Desenvolvimento sustentável	11
2.3.1. Conceito de desenvolvimento sustentável	11
2.3.2. Desenvolvimento do turismo sustentável.....	13
2.4. O Empreendedorismo como alavanca para o desenvolvimento local sustentável	14
2.5. Resumo de revisão da literatura	17
2.6. Questões de investigação	21
Capítulo 3 – Metodologia	22
3.1. Recolha de dados	22
3.1.1. Dados secundários	23
<i>Políticas da União Europeia para o Desenvolvimento Regional dos</i> <i>Estados-Membros</i>	23
<i>Medidas nacionais para o desenvolvimento do interior</i>	23
<i>Reguengos de Monsaraz - Enquadramento e desenvolvimento económico</i> <i>e sustentável</i>	26
3.1.2. Dados primários	28
3.2. Método	29
3.2.1. Estudo de caso	29

<i>O que é um estudo de caso? O que são estudos de casos?</i>	29
3.2.2. Vantagens e limitações	30
3.3. Tratamento de dados	31
3.3.1. Análise de conteúdo	31
Capítulo 4 - Contexto de realização do estudo	33
Capítulo 5 - Resposta às questões de investigação	35
Capítulo 6 - Discussão dos Resultados	41
Capítulo 7 - Conclusões	45
7.1. Limitações e sugestões de investigação futura	46
Referências Bibliográficas	48
Apêndices	53
Anexos	55

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

ANI - Agência Nacional de Inovação

CCDR - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

EER - Região Empreendedora Europeia

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FIOBAR - Festa Ibérica da Olaria e do Barro

IAPMEI, I.P - Agência para a Competitividade e Inovação

IEFP, I.P - Instituto do Emprego e Formação Profissional

MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OLA – Observatório do Lago Alqueva

PNPOT - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Sra. - Senhora

UE - União Europeia

Capítulo 1 – Introdução

1.1. A importância do tema

Numa realidade onde a grande parte das empresas em Portugal se centraliza nas metrópoles de Lisboa, Porto e outras cidades litorais, as desigualdades de investimento e oportunidades laborais no interior foram, ao longo dos anos, tornando-se cada vez mais evidentes.

Começa a existir, no entanto, a noção da prioridade de investimento e criação de valor no que respeita ao desenvolvimento do interior do país, refletindo-se não só pelos benefícios do investimento turístico, como pelas políticas de repovoação/relocação subsidiadas pelo Governo, como é o caso do programa Emprego Interior MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável.

A adaptação à pandemia Covid-19 veio também mostrar a muitas empresas a possibilidade da aplicação de sistemas de trabalho híbrido (entre o trabalho em casa e no escritório) ou até mesmo a possibilidade integral de teletrabalho, o que permitiu a muitos trabalhadores uma mudança radical relativamente ao local onde vivem, à fuga das grandes cidades, ao refúgio para locais mais calmos e onde encontram a dita “qualidade de vida”.

O município de Reguengos de Monsaraz é um dos exemplos de cidade interior que tem tentado opor-se à resignação da tendência. Tem demonstrado a preocupação pelo desenvolvimento económico e social da cidade, na perspetiva de manter a qualidade de vida dos seus habitantes e até propiciar novas oportunidades a quem intencione estabelecer-se, recebendo o empreendedorismo de braços abertos.

Assim, e recorrendo tanto a dados secundários como primários, nomeadamente entrevistas, esta dissertação propõe um olhar pela perspetiva empreendedora, num estudo de caso sobre o desenvolvimento económico e sustentável de Reguengos de Monsaraz.

1.2. Objetivos de Investigação

Este estudo pretende uma análise do ponto de vista da gestão, empreendedorismo, estratégia e turismo, ao identificar o que é realizado pela iniciativa privada, tal como a existência de apoios ao desenvolvimento da cidade, se sim, quais, e que metodologias o concelho tem adotado, com vista à atração e estabelecimento de potenciais investidores e de população.

O empreendedorismo apresenta-se, progressivamente, como caminho irrefutável para o desenvolvimento do país e como fator de diferenciação económico. Tal como apresentado

por Stevenson e Jarillo (1990), a vontade de alcançar oportunidades é a essência do empreendedorismo, o que alicerça fundamentalmente o desenvolvimento sustentável das regiões com menos evolução económica.

1.3. Contributos esperados do estudo

Este projeto visa fornecer a panorâmica do empreendedorismo existente em Reguengos de Monsaraz, não deixando de focar algumas lacunas inerentes de uma cidade do interior, mas perspetivando as valências, o incentivo e a implementação das estratégias desenvolvidas e projetadas num futuro próximo.

1.4. Apresentação do trabalho

A estrutura da dissertação inicia-se pelo enquadramento teórico, onde se realiza uma revisão da literatura científica sobre os temas que integram o estudo. Seguidamente, será apresentada a metodologia utilizada, explanando como foi realizada a recolha de dados, que método de projeto foi adotado assim como as vantagens e limitações desse mesmo método.

O contexto de realização do estudo virá posteriormente, sendo sucedido pelas respostas às questões de investigação. A discussão dos resultados entrará para permitir uma análise geral das considerações finais, conduzindo às conclusões do estudo.

Capítulo 2 - Revisão da Literatura

2.1. Empreendedorismo

2.1.1. Conceito de empreendedorismo

Ao longo da evolução e do crescimento de mercados, o empreendedorismo tem-se apresentado como um elemento fundamental para o progresso económico.

A Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI, I.P), através do seu Guia Prático do Empreendedor (2022, p. 4), refere que «Empreender é, acima de tudo, uma questão de atitude de alguém que preza a sua independência e realização pessoal».

Stevenson e Jarillo (1990) indicam que a vontade de alcançar oportunidades é a essência do empreendedorismo, independentemente dos recursos que possam existir, uma vez que o empreendedor encontrará sempre uma forma de o fazer acontecer.

Segundo Baumol (1968), não só o processo de crescimento económico detém o empreendedorismo como pilar imprescindível à sua estrutura, como acrescenta também que o empreendedorismo e a motivação intrínseca dos empreendedores estão na base da explicação teórica sobre o sucesso do crescimento de determinados mercados económicos, em comparação com os que apresentaram resultados de estagnação.

Grande parte da literatura contemporânea sobre o conceito de empreendedorismo está relacionada com o comportamento empreendedor, que pode ser sintetizado como a procura e exploração de oportunidades para obtenção de lucro. Ademais, ainda que o empreendedorismo seja associado no imediato a áreas como a economia, a gestão estratégica, a inovação e o desenvolvimento, este é, deveras, um conceito multidisciplinar que abrange também áreas como o comportamento organizacional, a sociologia e/ou a psicologia. Assim, se na relação direta com a gestão estratégica e de negócios existe uma abordagem relacionada com o comportamento, no sentido de como agir de forma empreendedora, na área da economia, o ponto de interesse detém-se no que o empreendedorismo pode trazer de benéfico ao sistema, no seu todo (Peneder, 2009).

Nesta procura sobre a definição do conceito de empreendedorismo, tornou-se claro que a relação com o conceito de empreendedor e a necessidade da ação deste se apresenta quase indissociável.

Baumol (1968) descreve as características do empreendedor, indicando que é aquele que deve liderar, inspirar, que deve ser inconformado, na perspetiva da procura e ambição

contínuas, e que deve ter como missão a construção de novas ideias e colocá-las em prática. O autor refere, como exemplo da importância do empreendedor para o desenvolvimento das economias, que as provações sentidas em indústrias em decadência podem ser o reflexo da inexistência de empreendedores do setor.

Já num outro tipo de abordagem, Hisrich, Peters e Shepherd (2017) indicam que o empreendedor pensa de forma distinta dos demais, não só devido às elevadas expectativas e à pressão pela falta de tempo para a deliberação, como também porque é alguém que deve tomar decisões num contexto de incerteza e se vê obrigado a gerir uma componente emocional, por norma, agregada à questão.

Hisrich, *et al.* (2017, p. 29) apontam ainda a ação como elemento primário do empreendedorismo, assim como a sua relação com a oportunidade, referindo que:

Therefore, entrepreneurship requires action – entrepreneurial action through the creation of new products/processes and/or the entry into new markets, which may occur through a newly created organization or within an established organization. Entrepreneurs act on what they believe is an opportunity. Because opportunities exist in (or create and/or generate) high uncertainty, entrepreneurs must use their judgment about whether or not to act.

Assim como Stevenson e Jarillo (1990, p. 21), que identificam três factos basilares sobre o empreendedor, apontando que:

This approach has reminded us of the following facts: (1) It is individuals who carry out entrepreneurial activities, no matter how they are defined. (2) Their characteristics (personality, background, skills, etc.) matter. (3) Environmental variables are also relevant, not only in that they open up opportunities to exploit market inefficiencies, as in the 'economists' approach,' but also in the sense that different environments are more or less conducive to entrepreneurship and can be more favorable to the new venture's success.

Por fim, mas igualmente importante na procura contínua do entendimento do conceito, olhemos para Schumpeter (1994) que dissertou não só sobre o desenvolvimento económico e o capitalismo, mas também sobre a relação do empreendedor com o empreendedorismo e a inovação, e que definiu o empreendedor como o elemento essencial para o desenvolvimento económico, fundamental à sua essência, constante evolução, e peça-chave para a continuidade da inovação.

A busca de definições para o conceito de empreendedorismo tem sido tema constante e contínuo. A literatura científica sobre o tema demonstra, contudo, um entendimento no que toca à ideia geral de que a sua gênese parte daquele que carrega consigo uma força intrínseca e perspetiva o mundo de forma singular, podendo até, trazer inovação aos projetos a que se dedica.

2.1.2. Empreendedorismo sustentável

O empreendedorismo sustentável tem ganho a sua importância com a crescente inquietação que a necessidade de preservação e prevenção da degradação ambiental despoleta na sociedade, nos governos e nas demais entidades.

Em linha com a realidade das alterações climáticas que interferem com a habitabilidade do mundo, tem-se tornado imperativo a criação de regras e barreiras no que respeita à utilização dos recursos naturais. Estas regras têm vindo a estabelecer-se nas organizações e são cada vez mais exigidas como fundações dos valores empresariais.

Os autores Dean e McMullen (2005, p. 50-58) descrevem o empreendedorismo sustentável como «*the process of discovering, evaluating, and exploiting economic opportunities that are present in market failures which detract from sustainability, including those that are environmentally relevant*» e consideram a componente ambiental como uma derivação do empreendedorismo sustentável, realçando a importância do empreendedor ambiental pela sua ação, pois consegue promover a motivação da ação governamental e a disseminação de informação.

Numa perspetiva de oportunidade, os autores indicam também que a literatura do empreendedorismo sugere que as lacunas de sustentabilidade ambiental do mercado podem ser consideradas como conjuntura de rentabilidade futura e a diminuição de comportamentos económicos que fomentem a degradação ambiental (p. 58).

Ebert (2017) apresenta o conceito, não só como um conjunto de sinónimos: (1) empreendedorismo sustentável, (2) verde, (3) ecológico, que tem demarcado a sua posição na economia, mas também o empreendedor sustentável, como alguém que alavanca os aspetos ambientais, sociais, e económicos na essência do seu negócio, que delega soluções sobre o consumo de bens e serviços, e realiza projetos de negócios que contribuem para a sustentabilidade económica, tendo como objetivo primordial a criação de valor ambiental.

Quando se analisa a relação do empreendedorismo com o desenvolvimento sustentável, importa ter em conta que o empreendedorismo é um conceito multidisciplinar e em aberto, assim como, que se trata de um comportamento inerente ao empreendedor. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável não se trata apenas de querer desenvolver países. Assim como o empreendedorismo, o desenvolvimento sustentável também apresenta multidisciplinaridade no seu processo, uma vez que envolve ciência, inovação, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, comunicação tecnológica, comércio online, economia, saúde, ajuda e dívida internacional, transações, logística, política, desastres naturais, crescimento demográfico global, entre muitos outros tópicos. Estes dois conceitos podem coexistir, tendo em conta que a sustentabilidade assume um tipo de esforço incomum por parte de toda a comunidade, e no qual a inovação tecnológica anda de mãos dadas com a inovação económica, social e institucional. Devido à sua complexidade, o desenvolvimento sustentável pode, até, ser interpretado como uma das grandes questões a que a humanidade faz face (Ahmed & McQuaid, 2005).

Tendo em conta as transformações contínuas que a sociedade enfrenta, pelas suas necessidades sociais e económicas em virtude das disparidades cada vez mais salientes, o empreendedorismo poderá, aliado à sustentabilidade, ser uma resposta às questões existentes e que se levantam. Uma abordagem que poderá modificar o paradigma do desenvolvimento e inovação das sociedades no mundo.

2.1.3. A importância do empreendedorismo no desenvolvimento do turismo sustentável

Sendo o empreendedorismo tão abrangente e com o objetivo de desenvolvimento e inovação, o turismo sustentável pode também ser uma das áreas que beneficia do seu investimento.

O setor do turismo é considerado como um dos setores com maior e mais rápido crescimento (Lordkipanidze, Brezet & Backman, 2005), na qual se prevê uma transformação baseada nas alterações económicas, no comportamento do consumidor e nas novas tecnologias (Moutinho, 2000).

Segundo o site oficial para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas (2022), o turismo sustentável é um turismo que “*«takes full account of its current and future economic, social and environmental impacts, addressing the needs of visitors, the industry, the environment and host communities»*”.

O turismo sustentável pode ainda ser interpretado pela sua viabilidade num determinado local por um período indeterminado (Butler, 1993, p. 29, citado por Butler, 1999)¹.

Lordkipanidze *et al.* (2005) sugerem também que o empreendedorismo se relaciona com a indústria do turismo devido ao aumento da procura de novos tipos de turismo.

Nesta procura pela compreensão da relação entre empreendedorismo e turismo sustentável, importa apreender que o desenvolvimento do turismo sustentável não depende apenas da existência de património ou recursos relacionados ao turismo. Não só são necessárias condições de comunicação e de infraestruturas, como um número significativo de variados recursos, permitindo aos empreendedores impactar os negócios turísticos pela sua criatividade, proatividade e inovação. Revela-se também de extrema importância que as regiões e as empresas não se submetam a largos financiamentos externos que obrigam a altos constrangimentos e a dependência económica. O empreendedorismo consegue, através de estratégias criativas, da inovação e da coesão, participar dos projetos de atração e desenvolvimento do turismo sustentável destas regiões (Abranja, 2017).

Neste sentido, reconhece-se cada vez mais a necessidade de estratégias cooperativas entre a produtividade e a sustentabilidade, assim como a responsabilização dos agentes locais, dos públicos e da sociedade no seu todo, pelo equilíbrio dos interesses económicos, pela promoção do empreendedorismo, e tendo como visão final a preservação dos meios materiais e imateriais (Traverso *et al.*, 2019).

Na sua proposta de modelo conceptual do empreendedorismo como base do turismo, Abranja (2017) indica-nos que o empreendedorismo pode ser, deveras, a fórmula para o rejuvenescimento e a promoção das regiões em défice económico, uma vez que o empreendedor conseguirá distinguir as características locais que podem ser o motor das oportunidades de investimento. O autor refere ainda que a alteração do comportamento no que respeita à concorrência, ao conflito e à restrição do conhecimento, é um ponto promissor, pois, ao promover a participação, colaboração e partilha entre todos os envolvidos da região turística, prevê-se um benefício coletivo e o desenvolvimento da responsabilidade sustentável, num território que a todos interessa cuidar.

¹Butler, R.W. 1993. Tourism - an evolutionary perspective. In *Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning, Managing*, ed. J.G. Nelson, R.W. Butler and G. Wall, pp. 27-44. Waterloo, Ontario: University of Waterloo (Department of Geography Publication 37).

Em análise prática, o setor do turismo está cada vez mais dependente do empreendedorismo, ou seja, só poderá perdurar caso exista uma sinergia entre a sua sustentabilidade e a ação empreendedora. Ademais, no que respeita aos benefícios económicos, a sustentabilidade no turismo favorece as comunidades locais, fomentando a criação de mais e novos empregos, distribuindo o seu proveito de forma equitativa. A preservação do património natural deve, absolutamente, tornar-se lei, visando a sua conservação presente e futura. Deste modo, a visão de sustentabilidade do empreendedorismo no turismo pretende a confluência da equidade social, a estabilidade económica e a preservação do ambiente natural (Crnogaj, Rebernik, Hojnik & Omerzel, 2014).

Numa conceção em que a atual conjuntura socioeconómica não antevê uma manutenção facilitada da gestão dos recursos turísticos, poderá caber ao empreendedorismo, mais do que nunca, a revitalização e inovação do setor, evidenciando ainda mais a dimensão da sua influência, não apenas no turismo, mas em qualquer plano.

2.2. Estratégia

2.2.1. Conceito de estratégia

O conceito de estratégia tornou-se, ao longo dos anos, um conceito familiar pela sua presença constante na literatura e pela abrangência que alcança.

Ainda que, numa primeira instância, este pareça um conceito definido e sem controvérsia ao redor, existem definitivamente convergências e divergências relativamente à sua interpretação. No que toca às similaridades, são unânimes as noções como a existência de uma indivisão entre a organização e o seu meio envolvente, assim como a relevância das decisões assentes na estratégia para o seu futuro, ou como as estratégias podem estar diretamente relacionadas com a organização ou com o comportamento adjacente, seja ele implícito ou explícito. Relativamente às incompatibilidades, alguns autores desassocia a formulação dos objetivos com a organização da estratégia, outros, apresentam os objetivos como indissociáveis da definição de ações que encaminham aos objetivos da organização, outros focam como elementar a atribuição dos recursos, ou a análise da indústria (Nicolau, 2001).

No que respeita à interpretação da estratégia empresarial, Chandler (1962) indicava que esta pode ser definida como o estabelecimento dos objetivos a longo prazo de uma organização, dos meios de ação e dos recursos necessários para alcançar esses objetivos.

Já Mintzberg (1987), que apresentava a estratégia como algo demasiado complexo para a definição geral, elaborou uma proposta de análise dividida por cinco pontos de abordagem, denominada de cinco Ps: (1) *Plan* (plano); (2) *Ploy* (manobra); (3) *Pattern* (padrão); (4) *Position* (posição); (5) *Perspective* (perspetiva). Como plano, a estratégia reflete a forma como os líderes direcionam as organizações, definindo as suas ações em prol dos objetivos e evidencia a importância da intenção como génese desse caminho a percorrer. Como manobra, a estratégia reporta à competição direta, à forma como se irá ameaçar o concorrente de forma alcançar a vantagem. Como padrão, a noção foca-se na ação, relembrando que o comportamento contínuo é necessário, e que a consistência desse comportamento é basilar para que a estratégia seja efetivada. Como posição, permite determinar onde se localiza a organização, onde se encontram os seus concorrentes e o que fazer para os transpor ou evitar. Por fim, como perspetiva, a estratégia levanta questões relacionadas com o comportamento e a intenção no contexto coletivo, nas quais se buscam os objetivos comuns, se analisam os valores, os motivos, e se aborda a noção de mentalidade organizacional.

De uma outra perspetiva, Porter (1996) sugere que a essência da estratégia competitiva é operar de forma distinta dos demais concorrentes, procurando a diferença e optando intencionalmente por um conjunto de ações que entreguem um resultado único em valor. No entanto, e de forma a ser possível entender o nível de competitividade do mercado, o autor desenvolveu uma análise aos atores que têm influência direta no negócio: (1) Ameaça de produtos substitutos; (2) Ameaça de entrada de novos concorrentes; (3) Poder de negociação dos clientes; (4) Poder de negociação dos fornecedores; (5) Rivalidade entre os concorrentes. Deste modo, a organização identifica quais as suas forças e fraquezas, podendo a partir daqui elaborar um plano de ação estratégico para defender-se das potenciais ameaças e saber onde e como posicionar-se no mercado, alcançando vantagem competitiva (Porter, 1979).

Neste sentido, Martins (2010) salienta a importância da gestão da estratégia competitiva para o futuro das organizações, indicando a necessidade de mais flexibilidade, com vista ao alcance de uma vantagem competitiva no mercado e perante a concorrência. O autor destaca também a importância de um compromisso para o desenvolvimento dos recursos da organização, assim como a disponibilidade das empresas em se tornarem “*learning organizations*”, ou seja, incentivarem a obtenção, génese e transferência de conhecimento, alcançando outros níveis de performance.

A estratégia assume um papel de relevância absoluta junto das organizações, sendo um dos elementos essenciais à sua visão de continuidade.

2.2.2 O desenvolvimento sustentável como uma orientação estratégica do negócio

Um desenvolvimento baseado na sustentabilidade pode trazer diversos benefícios para uma organização, de forma que esta pode ser considerada parte da sua estratégia.

Alguns pesquisadores atentaram no estudo da responsabilidade social das empresas no que respeita aos benefícios estratégicos que estes lhes poderiam trazer. Desta forma, propuseram que as atividades da responsabilidade social (éticas, sociais, e de sustentabilidade) estivessem diretamente relacionadas com a estratégia do negócio (Singh, 2014).

A responsabilidade social das empresas pode ser considerada estratégica quando está diretamente relacionada com o seu *core business*, quando gera vantagens de negócio consideráveis e ao contribuir para a sua eficácia (Burke & Logsdon, 1996, citados por Singh, 2014)².

Desta forma, se as empresas atentassem nos benefícios da responsabilidade social e da sustentabilidade assim como encaram as questões relacionadas com o seu *core business*, reconheceriam a matriz de oportunidades, inovação e vantagem competitiva de que estas as poderiam munir. A sustentabilidade evidencia a capacidade de gestão das comunidades e do ambiente por parte de uma organização. Importa, por isso, olhar para a responsabilidade social das empresas de forma estratégica, permitindo à empresa alcançar um posicionamento único, ao realizar processos de forma distinta dos seus concorrentes e de forma a baixar os custos ou a alcançar um conjunto particular de necessidades do consumidor, tornando-se pioneira e exclusiva. Não só a estratégia na responsabilidade social das empresas envolve a sua dimensão interior e exterior, como a oferta de produtos e a cadeia de valor adjacentes originam muitas das oportunidades de inovação que beneficiam tanto a sociedade como a competitividade da empresa (Porter & Kramer, 2006).

Um desenvolvimento focado na sustentabilidade da organização pode trazer melhorias ao negócio como um todo, uma vez que: (1) protege a atividade – reduzindo o risco de perigo para os seus clientes, colaboradores e comunidade social, antecipa potenciais problemas e garante a operação com base nos licenciamentos e regras governamentais; (2) impacta a gestão – pois reduz custos, alavanca a produtividade, baseia-se em políticas de eficiência ecológica, diminui ou transforma os recursos necessários para garantir os seus serviços,

² Burke, L., & Logsdon, J. M. (1996). How corporate social responsibility pays off. Long Range Planning, 29(4), 495-502.

mantendo o aumentando o seu lucro com uma base de valores ambientais; e (3) expande o negócio – ao se permitir por novos mercados, novos produtos e oportunidades, dando lugar à inovação, melhorando a satisfação do cliente, fomentando a sua lealdade para com o negócio/produto, ao formar novas relações comerciais, ao alargar positivamente a sua reputação e valor competitivo (Savitz & Weber, 2006).

A perspetiva das organizações perante o desenvolvimento sustentável deve ser, então, a de meio estratégico para o seu benefício, como um todo.

2.3. Desenvolvimento sustentável

2.3.1. Conceito de desenvolvimento sustentável

Foi em 1987, com a Comissão de Brundtland e o consequente relatório “*Our Common Future*”, que o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou posição na agenda política mundial.

Nesse relatório, definiu-se o conceito como a capacidade de garantir as necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações vindouras, impondo limites tecnológicos, de organização social, de recursos ambientais, e respeitando a capacidade natural do planeta de comportar a atuação humana (United Nations, 1987).

Contudo, anos antes, na Conferência de Estocolmo de 1972, já se questionava a relação entre o desenvolvimento económico e a preservação do ambiente, ainda que não estivesse definido como essa relação se traduziria para a realidade (Almeida, 2002).

Ainda que tendo passado por diversas interpretações ao longo das últimas décadas, os princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável têm contribuído para a consciencialização e para a adoção de comportamentos mais conscientes. O desenvolvimento sustentável deve alcançar não só as necessidades básicas humanas, como também a proteção e integridade ambiental, igualdade, liberdade e diversidade social e cultural. No entanto, na realidade de hoje, não só o balanço de todos os âmbitos necessários é extremamente difícil de alcançar, como a lacuna entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento é cada vez mais evidente, enfatizando as desigualdades, a falta de poder perante desastres naturais, as políticas governamentais, o subdesenvolvimento tecnológico ou a privação de direitos humanos, numa corrida contra a sobrepopulação e os efeitos diretos que diariamente afetam o planeta (Klarin, 2018).

As ações de desenvolvimento sustentável devem procurar o equilíbrio entre as dimensões económica, social e ambiental. Elkington (1997) traduziu este conceito de equilíbrio sustentável ao sugerir um modelo denominado *Triple Bottom Line*, pois viabiliza os ideais da prosperidade económica ao colocar no mesmo nível *profits, people e planet*. O pilar económico não pode ser afastado da análise da sustentabilidade económica da empresa a longo prazo; o pilar social prevê a união da sociedade em prol dos objetivos comuns, uma vez que essa relação comprova a transparência da empresa, os valores que se praticam e a capacidade da mesma em se manter durante anos pela valorização dos *stakeholders*; por fim, o pilar ambiental que pressupõe que as organizações identifiquem o tipo de impacto que terão no meio natural, de forma a transformar ou evitar ao máximo os possíveis danos.

Ainda que de uma forma unânime quanto à sua origem e tendo o conceito a sua base num conjunto de características coesas, segundo Baroni (1992. p.17):

há autores que dizem o que o desenvolvimento sustentável deveria ser, ou o que gostariam que ele fosse; outros confundem desenvolvimento sustentável com sustentabilidade ecológica - que tem a ver somente com a capacidade dos recursos se reproduzirem ou não se esgotarem -; outros reconhecem que deve haver limites para o crescimento económico [sic] porque ele é insustentável do ponto de vista dos recursos; e outros substituem a idéia [sic] tradicional do desenvolvimento pela do desenvolvimento sustentável, onde a incorporação do adjetivo sustentável à idéia [sic] tradicional do desenvolvimento reconhece implicitamente que este não foi capaz de aumentar o bem-estar e reduzir a pobreza, como é sua proposta.

Mais recentemente, a Agenda 2030 das Nações Unidas convocou todos os países do mundo para uma ação contínua que visa acabar com a pobreza, proteger o planeta e investir na melhoria da qualidade de vida de todos. Esta ação é determinada por 17 objetivos que foram apresentados e assumidos por cada elemento das Nações Unidas em 2015, e que cria um compromisso para a sua implementação no decorrer dos próximos anos (United Nations, 2023).

Depreendem-se, pela abordagem geral do conceito, as características comuns que acabam por se evidenciar no que respeita ao desenvolvimento sustentável. Fica claro que se trata de muito mais do que um desenvolvimento com parâmetros de preservação ambiental na sua base, e mostra-se manifestamente importante a paridade entre os aspetos sociais, ecológicos e económicos para que uma organização perdure.

2.3.2. Desenvolvimento do turismo sustentável

Sendo o setor do turismo um dos mais procurados e em constante mutação pelas exigências do consumidor, o conceito de turismo sustentável parece ter ganho o seu lugar de destaque no mercado, ditando novas regras e até tendências.

Mas porque é que se quer tanto desenvolver o turismo? A resposta é simples, porque é sinónimo de melhoria da económica de um determinado local, assim como da vida de todos os que nele se envolvem. O turismo deve complementar a economia de uma região, assim como auxiliar a diversificá-la (Wall, 2007).

Quando falamos em turismo sustentável, uma das assunções que imediatamente se efetiva é que o turismo de massas não está associado ao termo. Demasiadas tentativas de melhoria indevidas ou mal geridas, no local errado, em pequena escala, podem ser tão desvantajosas e insustentáveis como um movimento de grande escala. Importa lembrar que o impacto sobre a localização onde o turismo sustentável se desenrola é garantido, seja ele no turismo de larga escala ou não, assim como que um turismo focado na natureza e no usufruto medido do meio ao seu redor também não é sinónimo de sustentabilidade. O problema-chave da questão é precisamente analisar como poderá um dia o turismo de massas ser o mais sustentável possível, pelos impactos óbvios que exerce (Butler, 1999).

O desenvolvimento do turismo sustentável pode ainda ser perspectivado tendo em conta três aspetos distintos que afetam numa escala local: (1) baseado nos recursos, onde se prevê uma proteção do meio natural envolvente assim como da cultura local; (2) baseado na atividade setorial, que prevê a sustentabilidade do capital investido sem comprometer o desenvolvimento presente e futuro; (3) baseado na comunidade, onde estes atores de atuação são estimulados e se evidencia a sua importância (Saarinen, 2006)

Ao se analisar o conceito tendo em conta as tendências mundiais, é possível alcançar três conclusões principais: (1) O turismo é um dos setores que mais tem impacto na economia, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, devido à abrangência da sua cadeia de abastecimento; (2) A procura de turismo em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos tem sido maior que nos países desenvolvidos, significando cerca de 50% das chegadas internacionais de turistas; (3) O turismo nos países mais desfavorecidos tem uma grande repercussão na sua economia e sociedade, sendo considerado uma das formas mais viáveis de desenvolvimento económico sustentável e de ausência de pobreza (World Tourism Organization, 2013).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização Mundial do Turismo (2005, p.2), referiram que:

Making tourism more sustainable is not just about controlling and managing the negative impacts of the industry. Tourism is in a very special position to benefit local communities, economically and socially, and to raise awareness and support for conservation of the environment. Within the tourism sector, economic development and environmental protection should not be seen as opposing forces—they should be pursued hand in hand as aspirations that can and should be mutually reinforcing. Policies and actions must aim to strengthen the benefits and reduce the costs of tourism.

Em conformidade, estas organizações mundiais identificaram 12 metas para o turismo sustentável: (1) viabilidade económica; (2) prosperidade local; (3) qualidade da oferta de emprego; (4) equidade social; (5) satisfação do cliente; (6) controlo de gestão local; (7) bem-estar da comunidade; (8) riqueza cultural; (9) integridade física; (10) diversidade biológica; (11) eficiência dos recursos; (12) pureza ambiental (p. 25-46).

O desenvolvimento do turismo sustentável apresenta-se como o futuro do turismo em si. São cada vez mais os requisitos necessários para a definição consolidada do que é a sustentabilidade no turismo, e cabe a todos os *stakeholders* a ação em prol da sua conquista.

2.4. O Empreendedorismo como alavanca para o desenvolvimento local sustentável

A capacidade do empreendedorismo de alcançar e transformar diversas realidades é, como já visto em pontos anteriores, uma questão inequívoca. O desenvolvimento local sustentável não é exceção, podendo beneficiar imensamente com a capacidade empreendedora dos seus agentes.

O futuro dos negócios prevê-se complexo, com uma gestão mais direcionada para a cooperação e parcerias estratégicas. Desta forma, destacam-se três planos que são elementares para o desenvolvimento das economias mundiais, o económico, o social e o político. Não só se tem em vista a implementação crescente de políticas de descentralização, como também o desenvolvimento de sistemas económicos locais que fomentem o planeamento regional e que acabam por ter fatores comunitários inerentes. A nova lógica será a verticalização das regiões, de forma a controlar todos os passos da exploração desses territórios. As pequenas e médias empresas, assim como os seus empreendedores/criadores, tonaram-se propulsores de emprego, de valorização regional e acabam por colmatar as

lacunas a que as grandes empresas não conseguem responder. A disseminação do empreendedorismo, assim como a importância das pequenas empresas, torna-se fulcral para o desenvolvimento das regiões descentralizadas e para o incentivo das gestões em parceria. Importa realçar, também, os benefícios do processo de desenvolvimento em comunidade, que só poderá vingar quando a mentalidade empresarial do individualismo perecer (Gomes, 2005).

Em jeito de aliança, a chamada tripla hélice (que se traduz na cooperação entre universidades, indústria e governo) foca os seus esforços com vista a objetivos comuns de crescimento e evolução, num planeamento coordenado entre conhecimento, recursos e competências. Um dos exemplos mais conhecidos do mundo teve a sua origem em Palo Alto, na Califórnia (Estado Unidos da América), onde se fundou a distinguida *Sillicon Valley*, precisamente pelo conjunto de recursos que conseguia oferecer aos seus investidores (Jardim, 2020).

Já num plano de medidas políticas, a Região Empreendedora Europeia (EER), um dos programas europeus de incentivo ao empreendedorismo, identifica e premeia as regiões e municípios dos países da União Europeia (UE) que apresentam projetos verdadeiramente inovadores e empreendedores. Desde que esta distinção foi fundada em 2010, já foram atribuídos prémios a 39 regiões e municípios de 17 estados-membros da UE. No ano de 2023, foram já distinguidas três regiões: Barcelona (Espanha), Penela (Portugal) e a Pomerânia Ocidental (Polónia). Também em 2015, Lisboa já havia sido identificada como uma das regiões vencedoras (Comité das Regiões Europeu, 2022).

Existe uma tendência crescente na educação para o empreendedorismo, sendo esta essencial para o desenvolvimento das competências e do *mindset* que vão revolucionar o futuro.

Importa também a existência de instituições que fomentem o empreendedorismo (Jardim, 2020). Em Portugal destacam-se, por exemplo, o IAPMEI, I.P - Agência para a Competitividade e Inovação, o IEFP, I.P - Instituto do Emprego e Formação Profissional, as CCDR - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, ou a ANI - Agência Nacional de Inovação.

Jardim (2020, p. 205) ressalva ainda o reconhecimento do empreendedorismo:

como um fator determinante para o crescimento económico das sociedades, a coesão social e a realização pessoal, constata-se que as regiões mais desenvolvidas têm disseminado, entre as suas políticas educativas, o desenvolvimento das competências

empreendedoras. Por isso mesmo, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, tornou-se uma prioridade entre as políticas educativas de vários países e organizações. No entanto, se na primeira década o foco era simplesmente nos negócios, atualmente verificam-se outras tendências, que resultam das mudanças exponenciais verificadas a nível global. Entre elas salienta-se o predomínio do digital, a resolução dos problemas da saúde e longevidade, a preservação sustentável do ambiente e a coesão social. Estas são tendências incontornáveis quando se pretende desenhar e implementar produtos e serviços inovadores e de valor em qualquer região do mundo.

As micro e as pequenas empresas apresentam-se, cada vez mais, como uma solução viável e mais eficiente, tendo em conta que incrementam o crescimento económico, criam emprego e impactam as comunidades, sem que seja necessário nenhum investimento inicial voluptuoso. Podem ainda ter uma influência positiva a nível ambiental, pela sua preocupação em proteger o meio envolvente das regiões onde estão inseridas. Neste sentido, não só as empresas influenciam o desenvolvimento local, como também os agentes locais são parte essencial desse processo, e é aqui que se encontram os empreendedores que pretenderam, de alguma forma, dinamizar as suas regiões. Este conhecimento e o sentimento que carregam em relação à sua génese, acabam por materializar uma quantidade de recursos intangíveis, que move as pessoas certas e cria ambientes propícios à realização desses contributos (Duarte & Diniz, 2011).

No que respeita aos territórios de baixa densidade, Baltazar, Olímpio e Grosso (2013) indicam que é necessário ter em consideração as especificidades que os caracterizam e que requerem estratégias de desenvolvimento adequadas. Na região do Alentejo em específico, empreender em escala apropriada à zona significa, na maioria das vezes, a criação do próprio emprego, como a restauração, a produção e venda de produtos regionais (queijos, vinho, enchidos, mel), o turismo rural, serviços como cabeleireiras, esteticistas, limpezas, canalizadores ou ainda, num sentido mais sustentável, ervas aromáticas, cortiça ou artigos biológicos agrícolas.

A nível de governação municipal, torna-se imperativo que os parâmetros de política local estejam bem definidos, a fim de se conseguir desenhar um plano estratégico que permita a competitividade sustentável no plano económico, social e ambiental. A adoção do plano estratégico correto, pode vir a gerar as políticas ambientais adequadas que defendem e representam, deveras, as preocupações e convicções do sistema local (Ioppolo, Cucurachi, Salomone, Saija & Shi, 2016).

Depreende-se então que, com vista ao desenvolvimento local sustentável, o empreendedorismo pode assumir diversas formas. Não só é necessário incorporá-lo cada vez mais na linguagem das instituições de educação, como faz parte de um processo que se tem revelado substancial para o desenvolvimento das regiões em crescimento, tanto na criação do próprio emprego, como no reconhecimento por meio de prémios da UE.

2.5. Resumo de revisão da literatura

A presente revisão de literatura tem como objetivo a análise da literatura científica sobre as matérias e conceitos que caracterizam o tema desta dissertação - Uma estratégia para o desenvolvimento económico e sustentável de Reguengos de Monsaraz: Um estudo de caso numa perspetiva empreendedora. Apresenta-se de seguida um resumo sobre as questões mais significativas da pesquisa literária.

O empreendedorismo apresenta-se como uma das bases fundamentais para a elaboração deste estudo de caso, uma vez que, segundo Baumol (1968), não só o processo de crescimento económico detém o empreendedorismo como pilar imprescindível à sua estrutura, como acrescenta também que o empreendedorismo e a motivação intrínseca dos empreendedores estão na base da explicação teórica sobre o sucesso de crescimento de determinados mercados económicos, em comparação com os que apresentam resultados de estagnação.

Durante esta pesquisa foi também possível perceber a correlação inerente entre o conceito de empreendedorismo, de ação empreendedora, e a importância do empreendedor como aquele que sustenta o verdadeiro significado do conceito.

Hisrich *et al.* (2017) indicam que o empreendedor pensa de forma distinta dos demais, não só devido às elevadas expectativas e à pressão pela falta de tempo para a deliberação, como porque é alguém que deve tomar decisões num contexto de incerteza e se vê obrigado a gerir uma componente emocional, por norma, agregada ao sentimento que nutre pelo projeto. Já Schumpeter (1994) definiu o empreendedor como o elemento essencial para o desenvolvimento económico, fundamental na sua constante evolução e peça-chave para a continuidade da inovação.

Em linha com a realidade das alterações climáticas que intervêm com a habitabilidade do mundo, o empreendedorismo sustentável tem ganho a sua importância com a crescente inquietação que a necessidade de preservação e prevenção ambiental despoleta na sociedade,

nos governos e nas demais entidades. Tem-se tornado imperativa a criação de regras e barreiras, no que respeita à utilização dos recursos naturais. Estas regras têm vindo a estabelecer-se nas organizações e são cada vez mais exigidas como fundações dos valores empresariais.

Ebert (2017) apresenta, não só, o conceito como também um conjunto de sinónimos: (1) empreendedorismo sustentável, (2) verde, (3) ecológico, que tem demarcado a sua posição na economia, mas também o empreendedor sustentável, como alguém que alavanca os aspetos ambientais, sociais, e económicos na essência do seu negócio, que delega soluções sobre o consumo de bens e serviços e realiza projetos de negócios que contribuem para a sustentabilidade económica, tendo como objetivo primordial a criação de valor ambiental. Já Dean e McMullen (2005) realçam a importância do empreendedor ambiental pela sua ação, pois consegue promover a motivação da ação governamental e a disseminação de informação.

Segundo o site oficial para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas (2022), o turismo sustentável é um turismo que “*«takes full account of its current and future economic, social and environmental impacts, addressing the needs of visitors, the industry, the environment and host communities»*”.

Perante a análise da informação relativa à relação entre o empreendedorismo e o turismo sustentável, percebe-se que o empreendedorismo, neste momento, já é o futuro do desenvolvimento de um turismo direcionado a tornar-se o mais sustentável possível.

Este apenas perdurará caso exista uma sinergia entre a sua sustentabilidade e a ação empreendedora (Crnogaj *et al.*, 2014), e é mirado como oportunidade para o rejuvenescimento e a promoção das regiões em défice económico, uma vez que o empreendedor conseguirá distinguir as características locais que serão o motor das oportunidades de investimento (Abranja, 2017). É também imperativa a necessidade de estratégias cooperativas entre a produtividade e a sustentabilidade, assim como a responsabilização dos agentes locais, públicos e da sociedade no seu todo, pelo equilíbrio dos interesses económicos, pela promoção do empreendedorismo, e tendo como visão final a preservação dos meios materiais e imateriais (Traverso *et al.*, 2019).

O setor do turismo é considerado como um dos setores com maior e mais rápido crescimento (Lordkipanidze *et al.* 2005), no qual se prevê uma transformação baseada nas alterações económicas, no comportamento do consumidor e nas novas tecnologias (Moutinho, 2000).

A procura do conceito de estratégia validou a existência de algumas dissonâncias no que respeita à sua interpretação.

Contudo, no que toca às similaridades do conceito, são comuns noções como a existência de uma indivisão entre a organização e o seu meio envolvente, assim como a relevância das decisões assentes na estratégia para o seu futuro, ou como as estratégias podem estar diretamente relacionadas com a organização ou com o comportamento adjacente, seja ele implícito ou explícito (Nicolau, 2001).

No que respeita à interpretação da estratégia empresarial, Chandler (1962) indica que esta pode ser definida como o estabelecimento dos objetivos a longo prazo de uma organização, dos meios de ação e dos recursos necessários para alcançar esses objetivos.

Sob o olhar da competitividade, Porter (1996) sugeriu que a essência da estratégia competitiva é operar de forma distinta dos demais concorrentes, procurando a diferença e optando intencionalmente por um conjunto de ações que entreguem um resultado único em valor. Por isso, de forma a ser possível entender o nível de competitividade do mercado, o autor desenvolveu uma análise aos atores que têm influência direta no negócio, ficando conhecidos como as cinco forças de Porter, para identificar quais as suas forças e fraquezas, podendo a partir daqui elaborar um plano de ação estratégico para defender-se das potenciais ameaças e saber onde e como posicionar-se no mercado, alcançando vantagem competitiva.

Tendo em conta a definição de sustentabilidade que esta dissertação propõe, foi possível identificar que este é um fundamento cada vez mais solicitado às organizações, pois evidencia a sua capacidade de gerir as comunidades e o ambiente em que se inserem, tendo até alguns pesquisadores, proposto que as atividades de responsabilidade social (éticas, sociais, de sustentabilidade) estivessem diretamente relacionadas à estratégia do negócio (Singh, 2014).

Importa, por isso, olhar para a responsabilidade social das empresas de forma estratégica, permitindo à empresa alcançar um posicionamento único, ao realizar processos de forma distinta dos seus concorrentes e de forma a baixar os custos ou a alcançar um conjunto particular de necessidades do consumidor, tornando-se pioneira e exclusiva (Porter & Kramer, 2006).

Ainda que tendo passado por diversas interpretações ao longo das últimas décadas, os princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável têm contribuído para a consciencialização e adoção de comportamentos mais conscientes. Sintetiza-se, porém, de

acordo com a definição das Nações Unidas (1987), como sendo a capacidade de garantir as necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações vindouras, impondo limites tecnológicos, de organização social, de recursos ambientais e respeitando a capacidade natural do planeta de comportar a atuação humana.

O desenvolvimento sustentável deve alcançar as necessidades básicas humanas, como a proteção e integridade ambiental, a igualdade, liberdade e diversidade social e cultural. No entanto, na realidade de hoje, não só o balanço de todos os âmbitos necessários é extremamente difícil de alcançar, como a lacuna entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento é cada vez mais evidente, enfatizando as desigualdades, a falta de poder perante desastres naturais, as políticas governamentais, o subdesenvolvimento tecnológico ou a privação de direitos humanos, numa corrida contra a superpopulação e os efeitos diretos que diariamente afetam o planeta (Klarin, 2018).

O desenvolvimento do turismo sustentável tem vindo a revelar-se como tema emergente e sinónimo de inevitabilidade no futuro do setor do turismo.

Mas porque é que se quer tanto desenvolver o turismo? Não só porque o turismo é um dos setores que mais tem impacto na economia, mas também porque a procura de turismo em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos tem sido maior, e porque nos países mais desfavorecidos tem uma grande repercussão na sua economia e sociedade, sendo considerado uma das formas mais viáveis de desenvolvimento económico sustentável e de ausência de pobreza (World Tourism Organization, 2013) e tornando-se sinónimo de melhoria da económica de um determinado local, assim como da vida de todos os que nele se envolvem. O turismo deve complementar a economia de uma região, assim como auxiliar à sua diversificação (Wall, 2007).

O desenvolvimento do turismo sustentável torna-se imprescindível. Ainda que o turismo de pequena escala também tenha impacto sobre a localização onde se desenrola, é necessário analisar profundamente como poderá um dia o turismo de massas ser o mais sustentável possível, pelos impactos óbvios que exerce (Butler, 1999).

O futuro dos negócios prevê-se complexo, com uma gestão mais direcionada para a cooperação e parcerias estratégicas. No que respeita aos territórios de baixa densidade, Baltazar *et al.* (2013) indicam que é necessário ter em consideração as especificidades que os caracterizam e que requerem estratégias de desenvolvimento adequadas. Na região do Alentejo em específico, empreender em escala apropriada à zona significa na maioria das

vezes a criação do próprio emprego, como a restauração, produção e venda de produtos regionais (queijos, vinho, enchidos, mel), turismo rural, serviços como cabeleireiras, esteticistas, limpezas, canalizadores ou ainda, num sentido mais sustentável, ervas aromáticas, cortiça ou artigos biológicos agrícolas.

Não só se tem em vista a implementação crescente de políticas de descentralização, como também o desenvolvimento de sistemas económicos locais que fomentem o planeamento regional, e que acabam por ter fatores comunitários inerentes. A nova lógica será a verticalização das regiões, de forma a controlar todos os passos da exploração desses territórios (Gomes, 2005).

A nível de governação municipal, torna-se imperativo que os parâmetros de política local estejam bem definidos, a fim de se conseguir desenhar um plano estratégico que permita a competitividade sustentável no plano económico, social e ambiental. A adoção do plano estratégico correto pode vir a gerar as políticas ambientais adequadas que defendem e representam, deveras, as preocupações e convicções do sistema local (Ioppolo *et al.*, 2016).

2.6. Questões de investigação

Com base na revisão da literatura, foram elaboradas as seguintes questões de investigação. De forma a tornar a recolha de informação mais objetiva, determinou-se um espaço temporal de dez anos.

Questão de investigação 1 - De que forma as políticas de desenvolvimento de Reguengos de Monsaraz incentivam o empreendedorismo local?

Questão de investigação 2 - Quais as medidas de apoio ao empreendedorismo local, no sentido de promover a retenção da população mais qualificada e de criar postos de trabalho sustentáveis para a população local?

Questão de investigação 3 - Como é que a estratégia de desenvolvimento do município se complementa com a estratégia de negócio das empresas locais e das que se pretendem localizar em Reguengos de Monsaraz? Que exemplos positivos decorrem das práticas adotadas nos últimos dez anos?

Questão de investigação 4 - Qual o contributo do sector do turismo para o desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz no cumprimento dos critérios de desenvolvimento sustentável?

Capítulo 3 – Metodologia

As ciências sociais tendem a ser estudadas através de dois tipos de investigação, a quantitativa e a qualitativa, as quais definem a técnica, a recolha e a análise de dados.

Cabe ao investigador, tendo em conta o estudo que pretende desenvolver, definir qual a técnica que mais se irá adequar, qual a que lhe trará melhor compreensão e lhe permitirá perceber a realidade na sua íntegra, coadunando a experiência em si aos recursos de que dispõe (Goldenberg, Marsiglia & Gomes, 2003).

A investigação qualitativa, tendencialmente usada nos estudos exploratórios, coloca o investigador numa posição presente, tendo um lugar de atuação natural, que procura observar a realidade como ela é, sem interferir nem colocar barreiras ou orientações que conduzam a uma teoria previamente prevista. Assim, a sua estrutura deverá ser aberta, livre de tomar os caminhos que demonstrem os factos, permitindo-lhe flexibilidade e informalidade (pp. 158-161).

A investigação quantitativa, pelo contrário, pressupõe que o investigador tenha uma abordagem distante, não se envolvendo diretamente, uma vez que deve apoiar-se nas hipóteses construídas para o efeito. Esta, não só prevê uma análise com base numérica, como uma definição de objetivos, questões e metodologias precisos, sem que o investigador possa intervir para modificá-los. Trata-se de uma investigação factual, que depende de uma metodologia estruturada, alicerçada num um alto nível de detalhe e que orienta a respostas mais definitivas e definidas. (pp. 158-161).

Esta investigação terá como fundação uma abordagem qualitativa, sendo para o efeito elaborado um estudo de caso sobre o desenvolvimento económico e sustentável de Reguengos de Monsaraz.

3.1. Recolha de dados

A recolha de dados primários e de dados secundários permite a auscultação e análise de informação para a construção de um estudo.

Os dados primários são a informação recolhida da fonte, da sua origem, obtidos por metodologias que se adequem ao problema de estudo. Sempre que resultados de análises de informação primária são publicadas e ficam disponíveis para a toda a comunidade, outros pesquisadores reutilizam-na, disseminando esse conhecimento. Esta sustentação de ideias

com base noutras transforma então a informação, outrora primária, em secundária (Hox & Boeije, 2005).

3.1.1. Dados secundários

Com o intuito de compreender os incentivos de desenvolvimento económico e sustentável que estão instaurados para o interior e regiões menos desenvolvidas a nível europeu, nacional e regional, fez-se o levantamento de algumas medidas que visam a elevação e evolução destas mesmas regiões. Foram também levantados alguns dados sobre a realidade de evolução e desenvolvimento económico da região de Reguengos de Monsaraz a partir da observação direta, pois não só é uma fonte de informação complementar, como auxilia na compreensão do contexto de estudo (Yin, 2001).

Políticas da União Europeia para o Desenvolvimento Regional dos Estados-Membros

A política regional é um dos focos de investimento da UE e que promove, através de estratégias para a melhoria da qualidade de vida, o apoio ao emprego e como consequência o seu crescimento económico (UE, n.d.).

Como principal elemento em vigor de promoção do desenvolvimento regional dos seus estados-membros, a UE criou os programas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo de Coesão, previsto para o período de 2021-2027 (UE, n.d.).

A estratégia determina a intervenção nos seguintes cinco setores essenciais: (1) pessoas – pela promoção da inclusão social, acesso à educação e ao emprego; (2) pequenas e médias empresas – medidas de apoio e progresso; (3) investigação e inovação – medidas de investimento nos setores; (4) - ambiente – proteção e conservação; (5) transportes e energia – modernização, preservação contra as alterações climáticas, promoção de mais e melhores infraestruturas de transportes e energias renováveis (UE, n.d.).

Medidas nacionais para o desenvolvimento do interior

Ao nível da política governativa nacional, a Estratégia de Desenvolvimento Regional dá primazia à coesão territorial, relacionando-a com o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS), sustentando o objetivo de um país internamente coeso e externamente competitivo. Neste sentido, a descentralização de serviços permite uma capacitação de decisão mais centrada pelos seus agentes locais, nomeadamente pelas Comissões de

Coordenação e Desenvolvimento Regional, pelas autarquias locais, ou ainda pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais (República Portuguesa, n.d.). Com base na valorização do território rural, estão também previstas medidas de promoção transfronteiriças, transnacionais e inter-regionais, através do Programa de Valorização do Interior e que assenta em quatro eixos: (1) a valorização dos recursos internos e a capacidade empresarial do interior; (2) a promoção da cooperação transfronteiriça para a internacionalização de bens e serviços; (3) a capacidade de captação de investimento e a fixação de pessoas nestas regiões; (4) elevar a competitividade dos territórios do interior (p. 11).

Desta forma, a agenda política destaca cada vez mais a importância da criação de meios para que as entidades de governação local detenham um posicionamento mais forte e maior autonomia, impulsionando a modernização, inovação e capacitando a sua gestão com vista à melhoria contínua do seu desempenho. É também ainda de salientar o foco na coesão urbana, que eleva a sustentabilidade e a requalificação dos espaços públicos comuns a todos os cidadãos, assim como o desenvolvimento de medidas de governança multinível (Instituto Nacional de Administração, 2022).

O programa Alentejo 2030 é talvez um dos programas de maior destaque atual, relacionado com o desenvolvimento do Alentejo.

Na sua visão estratégica para a década 2020-2030, estão previstas medidas que impulsionam o crescimento, a evolução e melhoria da vida socioeconómica deste território com um potencial tão diferenciador.

Deste modo, e segundo o relatório da Estratégia Regional da CCDR Alentejo (2020), destacam-se políticas de ampliação de oportunidades que impactarão:

- Na valorização das redes de transações comerciais, que influenciam os mercados de produtos regionais e os fluxos de turismo associado, pela estruturação de sistemas alimentares locais, pequenos circuitos comerciais e apoio técnico a produtores;
- No financiamento e aceleração de projetos de ligação viárias, pela criação de novas acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e logísticas, novos meios de abastecimento, permitindo a sua integração no meio urbano-rural e aproximando-se de produções primárias de baixa densidade;
- Na finalização da transferência de autonomia e poder de decisão para os Municípios e Comunidades Intermunicipais;

- Na afirmação de medidas locais que atraiam e fixem residentes e investidores, a partir da implementação de meios que permitam a captação de trabalhadores que operam à distância, e ao providenciar o suporte de meios de comunicação e conectividade digital;
- Nas oportunidades de atração de população para localidades de menor densidade demográfica, ao demonstrar que detêm acessos, mobilidade, identidade cultural, atividades de lazer, serviços de apoio às famílias (crianças, idosos), que permitam a qualidade de vida dos seus potenciais residentes e/ou investidores;
- No financiamento e conceção e de projetos que se ajustem aos Objetivos da Política de Coesão, relativas a, por exemplo, alterações climáticas, economia circular ou mobilidade urbana sustentável;
- Nos investimentos públicos, que deste modo devem ser orientados para atividades relacionadas com a alimentação, saúde, água, visando uma maior resiliência da economia local;
- Nos investimentos de acolhimento empresarial, pela criação de espaços e meios logísticos, assim como no investimento da cooperação transfronteiriça, que permita o fluxo de trabalhadores e produtos entre territórios vizinhos;
- Nos projetos de foco social, como a importância da aprendizagem ao longo da vida, incidindo principalmente em habitantes desempregados;
- Na requalificação dos meios de saúde locais que permitam a assistência digna dos seus habitantes;
- Na melhoria das condições sociais e económicas da população, com especial enfoque na habitação, condições de trabalho, educação, saúde, higiene, formação profissional, igualdade de oportunidades, nutrição alimentar, proteção de grupos vulneráveis;
- No reposicionamento da região Alentejo como destino turístico não massificado.

Importa lembrar que, não obstante se tratar de um conjunto de medidas públicas para a promoção da região, o projeto Alentejo 2030 depara-se com a sua tentativa de implementação numa realidade que se defronta com um presente evidente em alterações climáticas, um período pós-pandémico ainda em repercussão económica, e as consequências de uma crise despoletada pela guerra na Ucrânia, que veio afetar uma Europa, de si, muito cansada de uma perturbação de saúde pública mundial.

Um conjunto de desafios fará parte do quotidiano dos atores que o irão gerir e implementar, contudo, esta é uma abordagem que continua a fazer sentido, onde se elaboram intervenções que incrementem cadeias de valor que devem gerar emprego, desenvolvimento de infraestruturas e qualificação do território.

Reguengos de Monsaraz - Enquadramento e desenvolvimento económico e sustentável

Reguengos de Monsaraz, cidade do interior alentejano do país, pertencente ao distrito de Évora, é sede de concelho que detém a freguesia de Reguengos de Monsaraz, freguesia de Corval, freguesia de Monsaraz e a união das Freguesias de Campo e Campinho.

A partir de 1640, na saia territorial que circundava Monsaraz, originou-se uma povoação que viria a denominar-se de aldeia nova dos Reguengos, formada pelos grupos populacionais de Reguengos de Cima e Reguengos de Baixo e que viria a transformar-se na vila de Reguengos, criada por Carta de Lei de 1840. A 29 de fevereiro desse mesmo ano, fixa-se a sede de concelho para a vila de Reguengos, em detrimento da morada anterior, a vila de Monsaraz. A elevação à categoria administrativa de cidade, aconteceu a nove de dezembro de 2004, espelhando o investimento na sua evolução e desenvolvimento ao longo das últimas décadas (Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, 2023).

Reguengos de Monsaraz tem construído o seu trajeto económico de forma próspera, enaltecendo adequadamente os recursos de que dispõe, geográfica e socialmente, e com vista à atração de novos investidores e nichos comerciais.

Neste sentido, no que se relaciona à estratégia, pode salientar-se a capacidade de posicionamento nacional e internacional através de iniciativas que fortalecem a sua imagem e disseminam a cultura regional, nomeadamente, a distinção de Cidade Europeia do Vinho, em 2015, a criação da Festa Ibérica da Olaria e do Barro (FIOBAR), que pretende a coesão da relação transfronteiriça, e coloca a aldeia de São Pedro do Corval, considerado o maior centro oleiro do país, e Salvatierra de Los Barros (Espanha) no centro do acontecimento (Merca, 2020).

A nível turístico, para além da divulgação contínua da beleza natural, diversidade e qualidade da oferta hoteleira e de restauração, ou do enoturismo, o concelho tem incrementado cada vez mais iniciativas que o afirmam como destino de lazer e de oferta personalizada, salientando-se projetos como o Observatório do Lago Alqueva (OLA), ou o *Dark Sky* Alqueva, que providenciam experiências relacionadas com a observação astronómica.

Por outro lado, a criação da praia fluvial de Monsaraz permitiu mais um ponto de bem-estar, aproveitando o recurso das águas da barragem de Alqueva, o que deu lugar ao desenvolvimento de novos meios de diversão aquática.

Assim como na produção vitivinícola, nos últimos anos o nome da região foi alavancado também a partir da produção de gin, sendo a *Sharish* já uma marca de referência.

Podem salientar-se ainda algumas medidas recentes que continuam a colocar Reguengos de Monsaraz na esfera dos projetos de desenvolvimento regionais.

O concelho assinou, a 21 de abril de 2023, o protocolo “Rede Aldeias Bauhaus EUROACE”, com a participação da aldeia de São Pedro do Corval. Este protocolo visa a revitalização das regiões interiores e rurais através da regeneração dos seus espaços, de acordo com os princípios de sustentabilidade e respeito cultural em que se assenta o programa. A nível social, salienta-se a atribuição do selo das Comunidades Pró-Envelhecimento 2022-2024, promovido pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, que reconheceu as medidas elaboradas e implementadas para a prevenção e promoção da Saúde Psicológica e do bem-estar da população reguenguense, assim como a Missão “Mais pelos Jovens”, que tem como intuito atrair, fixar população jovem e permitir incentivos que incrementem a qualidade de vida deste grupo populacional. A missão prevê um conjunto de medidas destinadas a jovens com idades entre os 18 e os 35 anos, que se apoiam em seis eixos: (1) apoio à natalidade; (2) apoio social; (3) apoio à habitação; (4) apoio ao empreendedorismo e emprego; (5) apoio à educação e formação; (6) apoio à saúde (Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, 2023).

Tendo em conta que a qualidade de vida da população depende da qualidade e regularidade dos serviços disponibilizados, Reguengos de Monsaraz tem vindo a demonstrar, cada vez mais, medidas que garantam esses mesmos meios.

Na área da saúde, em março de 2023 deu-se início ao procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Médicos de Família no Concelho de Reguengos de Monsaraz, pois esta é uma das grandes necessidades dos seus dez mil habitantes, aproximados. No que respeita à linha de transportes urbanos, o município está a estudar a viabilidade de uma rede de transportes públicos na cidade, solicitando à população a sua opinião por inquérito online (Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, 2023).

Reguengos de Monsaraz tem vindo, ao longo da sua história, a evoluir social, geográfica e economicamente, num intento contínuo de se destacar no mapa do país, com especial enfoque pelo turismo da região.

3.1.2. Dados primários

Devido à natureza deste projeto académico, para além da recolha de informações secundárias, tendo por base sites institucionais de políticas públicas, nacionais e europeias, assim como informações de enquadramento histórico sobre Reguengos de Monsaraz, foram recolhidos dados por meio de observação direta e realizadas entrevistas, tendo por base um guião de entrevista (Apêndice I) que se alicerça em quatro dimensões de análise: (1) Políticas de desenvolvimento de Reguengos de Monsaraz que incentivam o empreendedorismo local; (2) Apoio ao empreendedorismo local para retenção da população mais qualificada e criação de postos de trabalho sustentáveis; (3) Complemento entre a estratégia de desenvolvimento do município e a estratégia de negócio das empresas; (4) Contributo do sector do turismo para o desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz no cumprimento dos critérios de desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, de forma a apurar respostas para as questões levantadas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que possibilitam uma maior flexibilidade na adaptação das questões à realidade do entrevistado e permitindo uma abrangência superior das realidades inquiridas. No fundo, não é a rigidez das palavras usadas na questão colocada que vão determinar a resposta, pelo contrário, é o ajuste de vocabulário ao entrevistado e à sua dimensão que vão permitir a recolha de informações variadas e que enriquecerão a recolha de dados (Barriball & While, 1994).

A escolha dos entrevistados teve como base a importância de análise de considerações de empreendedores residentes em Reguengos de Monsaraz, assim como dos representantes da liderança política, pela relevância e impacto que as medidas governativas detêm, naturalmente, no desenvolvimento regional e local. Assim, de forma a auscultar diferentes realidades e pontos de informação, foram realizadas as seguintes entrevistas:

- Adriana Amador, líder da Juventude Social Democrata, como representante da voz política dos jovens reguenguenses;
- António Cuco, mestre destilador, empreendedor e criador da marca *Sharish* Gin (identificado na análise como “Empreendedor 1”);

- Andreia Vieira, sócia-gerente da empresa Susana Aleixo Lda, recursos humanos agrícolas (identificado na análise como “Empreendedor 2”);
- Senhora Presidente da Câmara, Marta Prates, como representante do município.

3.2. Método

3.2.1. Estudo de caso

A presente dissertação tem como objetivo o estudo de uma estratégia para o desenvolvimento económico e sustentável para a cidade de Reguengos de Monsaraz, num estudo de caso sobre uma perspetiva empreendedora.

A escolha por este método de estudo permite uma pesquisa e desenvolvimento centrados no que a dissertação deveras pretende, um estudo qualitativo e de análise factual.

O que é um estudo de caso? O que são estudos de casos?

Um estudo de caso deve ser relevante, ou seja, deverá ser significativo para o interesse público. Em consequência, um estudo de caso deve ser completo, o que prevê a identificação de três características essenciais: (1) tem bem definidos os limites entre o fenómeno estudado e o contexto; (2) demonstra que o investigador se focou na recolha de evidências objetivas e importantes para o estudo; (3) exige que o investigador tenha devidamente organizado a sua metodologia de trabalho, evitando possíveis falhas de recursos ou tempo (Gomes, 2008).

Segundo Flyvbjerg (2011), o estudo de caso prevê uma pesquisa mais localizada e intensiva, pois concentra em si um maior detalhe e a informação é mais completa, enriquecendo especialmente o trabalho em desenvolvimento. Por norma, o estudo de caso foca-se num período temporal, na tentativa de analisar a correlação de acontecimentos e características de um determinado local, situação ou fenómeno, tendo sempre como base um contexto que permite uma dedicação orientada.

Merriam (1998, como citado em Yazan, 2015)³ identifica no estudo de caso características que o tornam uma metodologia distinta pela particularização do objeto de estudo, pela descrição pormenorizada do objeto de estudo e pela elucidação do investigador sobre o objeto de estudo. A autora defende também que o primeiro interesse do investigador que realiza pesquisa qualitativa é o entendimento do conhecimento construído pela comunidade,

³ Merriam, S. B. (1998). Qualitative research and case study applications in education. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

ou seja, a forma como as pessoas criam a sua realidade, como lhe dão sentido e como a experienciam.

O estudo de caso permite a pesquisa e interpretação de dados empíricos, de diversas tipologias e fontes, permitindo ao investigador um olhar curioso, mas que não intervém na orientação de resultados. Devido à flexibilidade do seu planeamento, o estudo de caso estimula a procura pelo novo, permite evidenciar as variações analíticas de um problema e alicerça a visão em profundidade dos processos ou relações entre si (Ventura, 2007).

3.2.2. Vantagens e limitações

Segundo Yin (2001), algumas das preocupações relacionadas com o uso do estudo de caso para a construção de um trabalho científico relacionam-se com o possível uso de evidências ou perspectivas tendenciosas, que possam influenciar as conclusões do estudo, assim como a pouca abrangência para que se possa usar como teoria científica generalizada, ou ainda, o tempo que podem, eventualmente, levar para concluir. No entanto, o autor descreve-o como a melhor opção para o investigador que pretende debruçar-se sobre contextos reais do estudo social, político, das comunidades ou das organizações, e destaca a multiplicidade de fontes como fator de credibilidade da investigação, como documentos de arquivo, observações diretas, observações participantes ou entrevistas.

Flyvbjerg (2011) identificou algumas vantagens e limitações principais do estudo de caso, quando comparado com metodologias de levantamento estatístico, nomeando a nível das desvantagens que: (1) As pré conceções de seleção podem enfatizar ou depreciar as relações; (2) Parco conhecimento sobre os acontecimentos na população do objeto/local/situação de estudo; (3) Comprovações estatísticas por norma pouco corroborativas ou até desconhecidas. Além disso, Flyvbjerg entendeu que o estudo de caso é tido pela academia como uma metodologia paradoxal, pois, ainda que seja uma das metodologias mais usadas, é pouco valorizada. Desta forma, o autor identificou cinco mal-entendidos sobre o estudo de caso que são considerados limitações pelo olhar académico: (1) O conhecimento geral e teórico é mais valioso que o conhecimento concreto, objetivo; (2) O estudo de caso não pode contribuir para o desenvolvimento científico uma vez que não se pode generalizar com base em casos particulares; (3) O estudo de caso é mais adequado para criar hipóteses do que para testá-las e construí-las; (4) O estudo de caso é tendencialmente um meio de confirmação das noções pré-estipuladas pelo investigador; (5) É difícil desenvolver teorias gerais com base em casos de estudo peculiares. No que respeita às vantagens, o autor distinguiu os seguintes

aspectos: (1) Profundidade do estudo; (2) Elevada validade concetual; (3) Entendimento do processo e do contexto; (4) Compreensão das circunstâncias, ao relacionar causas e consequências; (5) Criação de novas hipóteses e questões de investigação.

Já Stake (1995) eleva as características do estudo de caso, e determina que o seu ponto elementar é, precisamente, a particularização, ao focar-se na unicidade do ponto de partida da análise, numa tentativa de compreensão baseada nas questões levantadas.

George e Bennet (2005) elevam a importância dos estudos de caso no levantamento e teste de hipóteses, assim como no desenvolvimento de teorias de carácter científico, identificando quatro vantagens: (1) a capacidade de alcançarem uma elevada validação conceptual; (2) os seus sólidos procedimentos que instigam novas hipóteses; (3) o seu valor na análise hipotética de mecanismos causais no contexto de casos particulares; (4) e a sua competência na abordagem de complexidade causal.

As características deste projeto originaram o levantamento de dados secundários, assim como primários, que foram de grande valor para a análise da atual situação económica de Reguengos de Monsaraz. Esta abordagem não só permitiu ouvir a voz de quem não desiste de potenciar a sua realidade de trabalho e vida pessoal ao criar o próprio emprego, fixando-se na sua terra natal, como a voz de quem assumiu o compromisso político de cuidar e alavancar a cidade e o concelho.

3.3. Tratamento de dados

3.3.1. Análise de conteúdo

A presente investigação teve como base uma metodologia de análise qualitativa, tendo o tratamento das informações recolhidas decorrido da triangulação de dados, uma vez que a sua origem teve como base a consulta de três fontes de investigação: (1) Sites oficiais de entidades públicas; (2) Observação direta (por meio de anotações); (3) Entrevistas.

Deter um plano de análise é um dos pontos mais marcantes para o investigador que opta pelo estudo de caso, uma vez que o seu objetivo primordial é o tratamento justo das evidências, a produção de conclusões o mais incontestáveis possível e excluir outras interpretações, logo, a abordagem dos dados recolhidos deve ser realizada de forma independente e depois convergida nas linhas de investigação (Yin, 2001).

O investigador que recorra a variadas fontes de evidências nos estudos de caso, ou seja, a triangulação, poderá desenvolver um processo de diretrizes de convergência na investigação

(p.121), isto é, relacionar as diferentes evidências para a construção sustentada de fundamentos que poderão converter-se em factos.

Os sites institucionais consultados providenciaram informação sobre medidas de desenvolvimento económico e sustentável previstas a nível europeu, nacional e regional, e do próprio concelho, uma vez que se relacionam com oportunidades que podem ter, ou vir a ter, impacto na região de Reguengos de Monsaraz.

Foram também recolhidos outros dados a partir da observação direta, fazendo menção a projetos de negócio e empreendedorismo que nasceram na região, tirando partido do desenvolvimento local, da força de vontade das suas gentes, e de um esforço coletivo de elevar o nome de Reguengos de Monsaraz como referência nacional e internacional.

Uma das fontes mais relevantes para um estudo de caso são as entrevistas, pois não só o entrevistado demonstra a sua visão sobre determinados eventos, como quanto mais personalizada for essa opinião, mais enriquecedora será para o contexto de estudo (p.112).

Assim, de forma a ouvir a voz direta dos reguenguenses, foram realizadas entrevistas que trouxeram a perspetiva de quem luta todos os dias por dinamizar a sua comunidade, criar o seu sustento e promover atividades de desenvolvimento económico.

De modo a examinar estes testemunhos, recorreu-se à sua organização por meio de uma matriz, que alocou pelas dimensões do estudo as considerações recolhidas dos entrevistados (p. 132) e que, por via da codificação, estrutura e relaciona os conceitos trabalhados nesta dissertação, conforme a tabela 3.1 que se encontra nos anexos.

Segundo Bardin (2009), a codificação permite o tratamento adequado do material de análise, transmutando-o de forma a alcançar o seu substrato. Assim, esta tabela está estruturada por quatro colunas, identificadas pela Categoria, Subcategoria, Unidade de Registo e Unidade de Contexto, onde:

- As categorias se relacionam com as questões de investigação;
- As subcategorias se relacionam com as questões do guião de entrevista;
- A unidade de registo é o recorte do essencial da análise, as palavras, frases-chave ou equivalências semânticas;
- A unidade de contexto permite a compreensão da unidade de registo, destacando elementos do testemunho dos entrevistados, com base nos quais se pode analisar o conteúdo.

Capítulo 4 - Contexto de realização do estudo

Este estudo teve como gênese a abordagem de políticas de desenvolvimento do interior, que defendem o equilíbrio de recursos e a sustentabilidade a longo prazo, que priorizam a descentralização, a valorização e coesão dos territórios, o incentivo ao empreendedorismo das áreas rurais, a atração, retenção, e talvez até, o regresso de população que saiu das suas terras de origem. No fundo, uma abordagem sobre medidas que consideram o mérito destes locais.

Desta forma, a fim de poder materializar-se, este projeto teve como base Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, cidade provincial alentejana, concelho com cerca de dez mil habitantes, capital europeia do vinho em 2015, região turística, vitivinícola, de mantas, da olaria, do cante, do mobiliário alentejano, das águas de Alqueva e de um céu prodígio na observação estrelar.

Neste sentido, intentou-se numa perspetiva de indagar e compreender o desenvolvimento económico e sustentável do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Ainda que concelho do interior, pode considerar-se que detém características que fazem dele referência em diversos setores, e que proporciona um certo nível de qualidade de vida aos seus habitantes:

- É uma das regiões do país mais conceituada no que respeita à produção e exportação de vinho, com diversas marcas e produtores que se fazem presentes no mercado nacional e internacional, assim como se torna também, progressivamente, distinto na produção de azeite;
- Tem uma influência cada vez maior como destino turístico, ofertando experiências gastronómicas, megalíticas, históricas e de lazer, características da região;
- Possui uma quantidade de bens e serviços que providenciam todas as necessidades essenciais e de bem-estar aos seus habitantes, desde escolas, bombeiros, cinema, centro de saúde, biblioteca, tribunal, forças de segurança pública, a hipermercados, parques, piscinas municipais, atividades desportivas, serviços de finanças e segurança social, lares, etc.;
- Detém um valor identitário das suas gentes e da sua cultura, pela disseminação da olaria, das mantas alentejanas, do cante, e do seu ex-líbris, Monsaraz.

A nível da iniciativa privada, o concelho é um exemplo de empreendedorismo local, onde uma grande parte do investimento se destina à criação de micro e pequenas empresas e/ou do próprio emprego.

No que respeita ao investimento público, poderá dizer-se que o grande enfoque nos últimos anos tem sido na promoção da região como destino turístico, o que tem, como repercussão, alavancado a economia local.

Capítulo 5 - Resposta às questões de investigação

No seguimento das questões de investigação levantadas neste estudo, segue-se para a resposta a cada uma delas, com base na análise da informação recolhida.

Questão de investigação 1 - De que forma as políticas de desenvolvimento de Reguengos de Monsaraz incentivam o empreendedorismo local?

O empreendedorismo local de Reguengos de Monsaraz deve-se mais à iniciativa privada que ao impulso do investimento público. A necessidade e a vontade de empreender dos locais, assim como as possibilidades económicas dos não residentes, são as forças motrizes que determinam a continuidade do empreendedorismo local na região, e em que grande parte dos empreendedores e investidores tendem a criar o seu próprio negócio.

Deveras, existe uma consciência geral da relevância do empreendedorismo local para a região e como se tem tornado elementar na complementaridade do seu desenvolvimento económico. Conforme mencionado pelo Empreendedor 1 “a sobrevivência de Reguengos de Monsaraz deve-se ao tecido empresarial de micro e médias empresas e do dinamismo que estas proporcionam à região”, ou como indicado pela Sra. Presidente da Câmara, que refere que “o empreendedorismo local, que significa gerador de negócio, de economia e que promove o desenvolvimento da nossa sustentabilidade (...) é absolutamente fundamental”.

A nível do investimento público, e segundo a Líder da Juventude Social Democrata “o empreendedorismo e o investimento são um caminho sem fim, que nunca estará completo”, existindo, no entanto, o compromisso de querer levar além a cidade de Reguengos de Monsaraz, ao “fazer do concelho, referência”. O município passou por uma alteração política recente e está ainda a desenhar a estratégia do futuro. Segundo a Sra. Presidente da Câmara “temos ano e meio de governação, (...) encontrámos uma dívida astronómica (...) e estamos neste momento a priorizar o que tem a ver com o investimento e empreendedorismo jovem”.

Por mais que já tenha algumas medidas em vigor, o parco tempo decorrido e a dívida pública encontrada não permitem mais do que já se tem previsto. Em consequência, as poucas medidas implementadas ou em vias de execução não são suficientes ou são ainda desconhecidas por parte dos empreendedores locais, como apresentado pelo Empreendedor 2, que relativamente aos incentivos ao empreendedorismo indica que “caso existam, desconhecemos”.

Questão de investigação 2 - Quais as medidas de apoio ao empreendedorismo local, no sentido de promover a retenção da população mais qualificada e de criar postos de trabalho sustentáveis para a população local?

O executivo municipal de Reguengos de Monsaraz tem neste momento em discussão pública o programa “Missão Mais pelos Jovens”, que visa a retenção, a atração e/ou o regresso de população mais jovem e qualificada, assim como a criação contínua de condições que permitam o desenvolvimento do concelho como um todo.

Conforme a Sra. Presidente da Câmara, “lançámos há muito pouco tempo um programa chamado Missão Mais pelos Jovens (...) que pode ajudar à retenção, atração e regresso de população. Para nós são três conceitos fundamentais e importantíssimos.” Assim como, segundo a Líder da Juventude Social Democrata, “existe agora um conjunto de medidas que serão determinantes para a fixação de população jovem e, por sua vez, qualificada no concelho. Este pacote, que tem efeitos retroativos a janeiro de 2023 assenta em seis eixos estruturais: natalidade, social, habitação, empreendedorismo, educação e formação e saúde”.

Neste sentido, no que respeita ao empreendedorismo, existem algumas medidas que estão destinadas a quem pretenda criar ou gerir empresas que sejam sediadas no concelho. Como exemplo, o pagamento do subsídio de almoço durante dois anos, a empresas que contratem técnicos superiores, que tenham entre os 18 e os 35 anos, por tempo indeterminado, a isenção de derrama para empresas aqui sediadas e geridas por jovens com a mesma compreensão de idades, ou ainda prémios de inovação.

Por outro lado, no que respeita às novas possibilidades de trabalho à distância, é plenamente possível que existam migrações para o concelho deste tipo de população qualificada, pelo que, segundo o Empreendedor 1, “um programador, por exemplo, atualmente pode trabalhar a partir de qualquer lado. A minha filha vai uma vez por semana ao escritório em Lisboa, mas está a restante semana a trabalhar e a residir em Reguengos de Monsaraz”.

Com base nesta visão, e em resposta a estas novas possibilidades laborais, a Sra. Presidente da Câmara indicou que “estamos a criar um espaço de *coworking*, que tem precisamente como objetivo disponibilizar um espaço agradável para trabalhar”, tendo sido preparada uma sala na biblioteca municipal para receber trabalhadores, temporários ou perenes, que executam as suas funções à distância.

Sobre a criação do próprio emprego, o Empreendedor 1 indica que “a nível de estratégia, a visão deveria ser: ou se procura formação superior que tenha aplicabilidade na realidade do

mercado de trabalho de Reguengos, ou se cria o próprio emprego”. Esta realidade tem-se vindo a acentuar cada vez mais, pois segundo a Sra. Presidente da Câmara “damos apoio também aos turismos locais, (...) licenciámos com a maior celeridade possível e já são quase 900 camas”.

No entanto, importa olhar para o desenvolvimento do concelho como um todo, de forma que todas as condições mínimas estejam reunidas para que a população se queira fixar. O Empreendedor 2 indica que é necessário “tentar colmatar uma grande carência que existe, a falta de habitação. Não há habitação para compra a preços acessíveis em Reguengos e as que existem nas aldeias já começaram a ter preços também muito elevados”. Também neste seguimento, a Sra. Presidente da Câmara explana que “é necessário olhar para o concelho como um todo (...) as pessoas também têm de ter teatro, concertos, boas atividades para os seus filhos, boa educação, boas condições na escola, boas condições de saúde, uma boa biblioteca, bons equipamentos culturais, portanto, obviamente que tudo isto está interligado”.

Questão de investigação 3 - Como é que a estratégia de desenvolvimento do município se complementa com a estratégia de negócio das empresas locais e das que se pretendem localizar em Reguengos de Monsaraz? Que exemplos positivos decorrem das práticas adotadas nos últimos dez anos?

A realidade atual do município é a limitação que a dívida pública lhe proporciona. Segundo o Empreendedor 1, “a partir do momento em que o município não pode fazer endividamento para financiar, e mais de 95% do orçamento que tem disponível é para coisas correntes, não há grande investimento a fazer, é uma gestão de contenção de problemas”.

Não obstante, esta limitação não impediu a formulação e implementação de medidas no sentido de fazer de Reguengos de Monsaraz um local atrativo e de promoção empresarial. Tem existido um apoio aos empresários no sentido da informação e formação. Ainda segundo o Empreendedor 1, “existem várias reuniões, desde formação a apresentação de outros apoios que estão disponíveis, ou seja, nesse aspeto, a nível empresarial, temos notado uma melhoria significativa no que é o apoio e dinamismo do município”.

No que respeita à possibilidade de novas empresas, a Líder do Partido Social Democrata indica que “os apoios dirigidos às empresas, recentemente lançados, que dizem respeito, por exemplo, à atribuição de um prémio monetário para a *Start-up* mais inovadora, ou a isenção

de taxas de derrama para empresas recém-criadas, tornarão eventualmente o concelho de Reguengos de Monsaraz um dos escolhidos para estas empresas se fixarem”.

Existem também as iniciativas culturais e festivas, que atraem visitantes e que conseqüentemente incrementam a economia local, pelo maior número de dormidas, maior número de mesas preenchidas na restauração, ou na venda de bens de valor da identidade alentejana. O mesmo se verifica nas iniciativas de amostra regional, que promovem as empresas, aproximando e até, dando a conhecer, muitas delas ao público geral. O Empreendedor 2 salienta a “feira regional, Exporeg, que se realiza anualmente e que tem como objetivo a exposição, apresentação e dinamização das empresas, serviços e produtos locais ao público, tanto o da região, como o que vem de outras localidades”.

Todavia, pode identificar-se que o maior investimento público tem sido na imagem e na disseminação de Reguengos de Monsaraz como destino turístico. Um turismo que já se pode considerar variado, tendo em conta os nichos que ao longos dos últimos 10 anos foram sendo criados, por exemplo, ao redor da observação de estrelas ou da pesca desportiva. Um turismo que tem alavancado a economia e sido o sustento de tantas famílias, direta ou indiretamente.

Neste sentido, a Líder da Juventude Social Democrata aponta que “o *boom* do turismo, extensível a todo o território nacional, traduziu-se também em Reguengos de Monsaraz (...). Podemos talvez apontar o aumento de pequenas e médias empresas relacionadas com a hotelaria e restauração, do qual é exemplo o Hotel São Lourenço do Barrocal que emprega um número elevadíssimo de trabalhadores”, assim como o Empreendedor 2 que também reconhece no turismo uma das grandes oportunidades de crescimento da região, acreditando que “a promoção da região como destino turístico seja o melhor exemplo que temos. O concelho está cada vez mais concorrido e existe um largo crescimento em tudo o que o turismo nos tem trazido”.

Questão de investigação 4 - Qual o contributo do sector do turismo para o desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz no cumprimento dos critérios de desenvolvimento sustentável?

Se tivermos por base a necessidade de equilíbrio dos três pilares que suportam o desenvolvimento sustentável, sociedade, economia e ambiente, pode dizer-se que os dois primeiros são os que verdadeiramente determinam o desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Percebe-se que ainda não existe uma preparação para a ação preventiva e/ou de contenção de instabilidade ambiental, que possa advir do turismo da região. Conforme a Sra. Presidente da Câmara, “ainda que estejamos muito longe daquilo que pretendemos alcançar em termos de sustentabilidade e proteção do ambiente, estamos atentos e a criar um caminho para lá chegarmos”. Já o Empreendedor 1 revela que “a minha noção de sustentabilidade é aquela em que se possa deixar às gerações vindouras aquilo que de melhor se possui, a nível natural ou material. Pode considerar-se que o turismo da região tem estado bastante sustentável, porque cresce constantemente, continua a haver procura, oferta, dinamismo, quer ao nível de restauração, alojamento, e até mesmo a tudo o que gera o turismo”.

Precisamente, no setor social e económico da região, o contributo do turismo tem sido de extrema importância. Não só se considera o grande motor de evolução social, cultural e de riqueza, como tem sido um grande propagador de reconhecimento territorial, identitário e até de reabilitação urbana, ao impulsionar o investimento de requalificação de casas/edifícios para a criação de unidades hoteleiras ou de alojamento local. A Sra. Presidente da Câmara menciona que “o turismo é tao significativo, no que diz respeito à economia local, ao emprego, ao empreendedorismo, porque estas pessoas todas compraram casas, e muitas delas são daqui, compraram e reabilitaram-nas (...)”.

O Empreendedor 2 defende que “a nível económico e social, o desenvolvimento do turismo tem incrementado cada vez mais a criação de novos negócios”, ou, como informado pelo Empreendedor 1 “ao existirem mais hotéis, alojamentos, vão existir mais necessidades de manutenção. Por exemplo, a minha empresa de animação turística que todas as semanas gera trabalhos de oficina, uma vez que os *buggies* usados nos passeios precisam de manutenção, desde pneus, revisões, óleos, peças que se partem etc. (...) Se não houvesse investimento turístico, se não houvesse turismo que permitisse este tipo de investimento, a própria oficina não faturava aquilo que fatura”.

Esta participação tem-se vindo a evidenciar gradativamente, mas de forma acentuada nos últimos anos, uma vez que é notória a continuidade do investimento na restauração, na cultura, nas atividades desportivas, lúdicas, e no reinvestimento no próprio concelho, mesmo após uma pandemia e durante um ambiente de incerteza política de guerra no leste europeu. A Sra. Presidente da Câmara indica que “tudo o que o turismo nos traz, uma vez que gera emprego, gera riqueza, aquilo que fica no concelho e nas empresas, pessoas que vêm de fora e investem em habitação aqui, traz benefícios económicos e sociais, traz investimento que o município pode reinvestir no próprio concelho, na área social, na educação, nas políticas dos

jovens, na área da saúde, ou seja, havendo mais atividade económica no concelho pelo turismo, existe por consequência, um incremento do orçamento municipal que pode ser reempregue no desenvolvimento económico, social e ambiental do nosso concelho”.

Capítulo 6 - Discussão dos Resultados

Esta dissertação, que teve por base políticas de desenvolvimento económico e sustentável e, como objeto de estudo, Reguengos de Monsaraz numa perspetiva empreendedora, procurou alcançar uma amostra sobre a realidade desta cidade do interior alentejano, relacionando-a com os conceitos que determinaram o estudo.

Tendo como grande contributo as entrevistas realizadas, foi possível aferir uma amostra da visão das duas maiores perspetivas intervenientes nesta temática: os empresários e as forças de política pública. Em complemento, assumiram-se também todas as informações recolhidas através de dados secundários e a observação realizada no concelho.

O estudo encontra-se dividido pelas quatro dimensões que elaboraram as questões de investigação, apresentadas no fim do capítulo II da revisão da literatura, e que espelham os conceitos de desenvolvimento económico, desenvolvimento sustentável, empreendedorismo local, empreendedorismo sustentável, estratégia de desenvolvimento e turismo.

No que respeita a medidas de desenvolvimento que incentivam o empreendedorismo local, verificou-se que a ação do executivo municipal está comprometida com as responsabilidades da atual dívida pública, o que limita enormemente as possibilidades de incentivo municipal ao desenvolvimento de empreendedorismo local na região. Não obstante, com o que lhes é permitido pôr em execução, existem medidas em vias de implementação que visam o desenvolvimento do concelho como um todo, mas que assentam grandemente no investimento jovem e onde o empreendedorismo integra parte desse mesmo programa.

Por outro lado, no que respeita à visão dos empresários/empreendedores da região, apesar de existir um envolvimento do município na sua informação e formação, entende-se que não só esse acompanhamento não chega a todos, como que a desinformação sobre os intentos e limitações municipais também é uma realidade.

Conforme Gomes (2005), a disseminação do empreendedorismo assim como da importância das pequenas empresas, torna-se fulcral para o desenvolvimento das regiões descentralizadas e para o incentivo das gestões em parceria. Neste sentido, as perspetivas do empresários e município encontram-se no entendimento da importância do empreendedorismo local como uma das forças elementares de desenvolvimento para o concelho, assim como no longo caminho que ainda se tem a percorrer para continuar a impulsionar Reguengos de Monsaraz.

Relativamente ao apoio ao empreendedorismo local para retenção da população mais qualificada e criação de postos de trabalho sustentáveis, salientam-se as medidas de incentivo à atração, fixação e quiçá retorno de população jovem, que estimulam o crescimento demográfico, a criação de negócios próprios e o dinamismo no concelho, ainda que, para já, sejam políticas delimitadas e de pouca abrangência.

Existe ainda, por parte dos empresários, a ótica de que a viabilidade profissional dos jovens que queiram permanecer no concelho seja a de procurar formação ou a de criar o próprio negócio tendo em conta as atividades económicas da região, ou seja, que será a população a ter de se ajustar à realidade de Reguengos de Monsaraz, em vez se serem as empresas a procurar meios de trazer novas profissões à localidade.

Por outro lado, existe a visão conjunta entre empresários e liderança política sobre a atração de população ao fornecer as condições de trabalho à distância, uma possibilidade despoletada em Portugal pela pandemia Covid-19 e que transmutou o contexto laboral, tendo sido o caminho para o retorno ou mudança de habitação para as regiões do interior, o que se sentiu um pouco por todo o país. Neste sentido, a Câmara Municipal está a criar um espaço de *coworking*, prevendo precisamente, a necessidade de um local para quem queira residir no concelho e que tenha a possibilidade de trabalho remoto, o que incentiva a atração deste tipo de habitantes e inverte, de certa forma, a ideia de que será a população a ter de se ajustar às realidades de trabalho que existem na região.

Como defendido por Duarte e Diniz (2011), torna-se impreterível a conceção de alianças de forma sinérgica, que incentivem as iniciativas locais e regionais. Importa, por isso, salientar a importância do desempenho do concelho como um todo, de forma que essa atração populacional aconteça. Neste sentido, o município revelou a preocupação de cuidar de Reguengos de Monsaraz na sua total dimensão e sabendo que a atração de novos habitantes representa uma maior necessidade de serviços e direitos básicos, como a habitação, a educação ou a saúde.

Quanto ao complemento entre a estratégia de desenvolvimento do município e a estratégia de negócio das empresas, e se se considerar a definição de estratégia como o estabelecimento dos objetivos a longo prazo de uma organização, dos meios de ação e dos recursos necessários para alcançar esses objetivos (Chandler, 1962), a estratégia atual e efetiva do município rege-se pelo incentivo à criação/estabelecimento de empresas originadas ou geridas por jovens em idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, com algumas medidas

que promovem essa visão de futuro, assim como o acompanhamento e formação de empresários da região.

Foi possível verificar o reconhecimento da iniciativa privada como sendo fulcral no desenvolvimento e dinamismo da região, assim como a importância e necessidade de uma relação bilateral, que impactará convenientemente tanto os empresários como as forças de liderança pública. Tal como referido por Traverso et al. (2019), reconhece-se a necessidade crescente de estratégias cooperativas entre a produtividade e a sustentabilidade, assim como a responsabilização dos agentes locais, públicos e da sociedade no seu todo, pelo equilíbrio dos interesses económicos, pela promoção do empreendedorismo, e tendo como visão final a preservação dos meios materiais e imateriais.

Pode dizer-se unânime a conceção de que o maior trunfo estratégico de Reguengos de Monsaraz nos últimos anos tem sido a sua promoção turística. Dela têm decorrido o crescimento da economia local, a criação de emprego ou o aumento da atividade geral, que se interrelacionam, e têm gerado um aumento significativo daquilo que é a qualidade de vida no concelho.

No que concerne ao contributo do sector do turismo para o desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz no cumprimento dos critérios de desenvolvimento sustentável, foi possível determinar prontamente que a tríade sociedade, economia e planeta está, ainda, de certa forma incompleta, pois são os dois primeiros índices que predominam, ficando ainda aquém do conceito de desenvolvimento sustentável que alcança o equilíbrio entre a dimensão económica, social e ambiental (Elkington, 1997), focando nas necessidades básicas humanas, como a proteção e integridade ambiental, a igualdade, liberdade e diversidade social e cultural (Klarin, 2018).

Foi claramente consonante a posição quanto à importância do turismo para o concelho, sendo considerado o motor de desenvolvimento atual, que favorece e proporciona desenvolvimento sustentável e o incremento das receitas locais, assim como defendido por Elkington (1997), ao indicar que o pilar económico não pode ser afastado da análise da sustentabilidade económica a longo prazo, tal como o pilar social deve prever a união da sociedade em prol dos objetivos comuns, uma vez que essa relação comprova a transparência da entidade, os valores que se praticam e a capacidade da mesma em se manter durante anos.

Segundo Abranja (2017), não só serão necessárias condições de comunicação e de infraestruturas, um número significativo de variados recursos, que permitiam aos

empreendedores impactar os negócios turísticos pela sua criatividade, proatividade e inovação, como o setor do turismo se considera em constante crescimento e adaptação a realidades distintas, sendo uma das indústrias com maior e mais rápido crescimento (Lordkipanidze, Brezet & Backman, 2005) e n qual se prevê uma transformação baseada nas alterações económicas, no comportamento do consumidor e nas novas tecnologias (Moutinho, 2000).

Neste seguimento, salientam-se os benefícios e os negócios que têm surgido no concelho de Reguengos de Monsaraz pela alavanca do turismo, assim como o redesenho dos campos pela barragem de Alqueva, que se tornou o firmamento para atrair, similarmente, o turismo de praia fluvial ou desportos náuticos, sem que se esqueçam os nichos de turismo histórico, que acompanham o megalitismo e o castelo medieval de Monsaraz, ou os que encontram no concelho um centro de observação astronómico, para além do cante, das mantas, do mobiliário alentejano, ou da gastronomia.

Por fim, importa referir que a atual organização e planeamento público de Reguengos de Monsaraz se coadunam com algumas das medidas determinadas pelo Alentejo 2030, tais como afirmação de medidas locais que atraiam e fixem residentes e investidores ao providenciar meios que permitam a sua operação à distância, no financiamento e conceção e de projetos de mobilidade urbana, que como se verificou no site do município, está a ser realizado um estudo sobre a viabilidade de transportes públicos locais, na requalificação dos meios de saúde locais que permitam a assistência digna dos seus habitantes, no reposicionamento da região Alentejo como destino turístico não massificado, ou ainda na melhoria das condições sociais e económicas da população, com especial enfoque na habitação, condições de trabalho, educação e saúde.

Capítulo 7 - Conclusões

A realização deste estudo teve como propósito analisar o desenvolvimento económico e sustentável de Reguengos de Monsaraz, a partir de um estudo de caso, numa perspetiva empreendedora.

A sua elaboração fundamentou-se pela informação recolhida através dos dados secundários, pela observação direta do investigador e pelo contributo imprescindível das entrevistas, que representaram as posições dos empresários e da atual liderança política.

No que respeita ao desenvolvimento económico do concelho, ficou clara a opinião da importância do empreendedorismo e do turismo como geradores de riqueza local, sendo a base de oportunidades de investimento. Conforme Baumol (1968), o processo de crescimento económico detém o empreendedorismo como pilar imprescindível à sua estrutura, para além da motivação intrínseca dos empreendedores, que poderá estar na base teórica do sucesso de crescimento de determinados mercados. Esta constatação vai também ao encontro da visão de Crnogaj *et al.* (2014), uma vez que o setor do turismo e o empreendedorismo estão gradualmente mais relacionados, devendo existir uma sinergia crescente entre a sua sustentabilidade e a ação empreendedora.

O empreendedorismo local acaba por ser o grande criador de emprego na região, não só pela presença significativa, espelhada em micro e pequenas empresas, como por quem investe na própria ocupação laboral e sendo ainda motivo de evolução social, cultural, e de dinamização. Tal como defendido por Gomes (2005), que indica que as micro, pequenas, médias empresas e os seus empreendedores/criadores, tonaram-se os propulsores de emprego e de valorização regional, sendo fulcrais para o desenvolvimento das áreas descentralizadas.

O turismo é, indubitavelmente, o grande motor de desenvolvimento de todo o concelho. Ainda que a atividade económica primária seja a agricultura, o turismo ganhou o seu espaço, tendo vindo a marcar a sua posição e a posicionar Reguengos de Monsaraz no mapa do país, não só como destino turístico, como local de valor identitário do Alentejo e dos seus habitantes.

Estes dois conceitos estão ainda interligados pelo desenvolvimento sustentável que promovem na região, ao incrementar as possibilidades de crescimento económico, progresso social e de serem base para uma ação futura mais concreta, no que respeita à conservação ambiental.

A nível da intervenção das políticas públicas, ficaram perceptíveis as adversidades que impossibilitam um planeamento estratégico de nível superior e de investimento direto, todavia, e numa tentativa de contrariar os factos, são ajustados programas de ação para os jovens, de impulso ao empreendedorismo jovem, de atração, retenção e fixação de população, assim como compromissos sociais e de direitos do cidadão, como a saúde ou a cultura.

Não tendo ainda uma estratégia mais aprofundada na relação com investidores, empreendedores e empresários locais, a divulgação de Reguengos de Monsaraz no setor do turismo torna-se a grande estratégia do município nos últimos anos. Existe, porém, a noção da necessidade de trabalho conjunto entre município e empresas/empresários, pelos benefícios que são do interesse comum. Não obstante, valida-se que é o investimento privado que perpetua a continuidade do progresso económico no concelho.

7.1. Limitações e sugestões de investigação futura

No decorrer desta dissertação, foram sentidos alguns contratempos que, em parte, já eram esperados tendo em conta a sua natureza.

Numa primeira instância, a disponibilidade das entidades para a realização das entrevistas não foi a desejada. Foram contactadas cerca de cinco entidades que, ou não apresentaram resposta, ou deduziram que não teriam como contribuir para o intuito do estudo.

Posteriormente, o tempo de levantamento das entrevistas realizadas, que naturalmente estava comprometido pela flexibilidade de agenda dos inquiridos, acabou por prolongar um pouco a conclusão da investigação.

Ademais, salienta-se ainda a análise das respostas às entrevistas, devido à correlação evidente entre os conceitos estudados e a aplicabilidade na realidade da amostra, tornando por vezes uma explicação numa dimensão também enquadrável noutra.

Não obstante, no que respeita a investigações futuras, talvez fosse proveitoso abordar outras tipologias de questionário, numa tentativa de chegar a um número significativo de empresários, podendo eventualmente recolher dados como a atividade do seu negócio, a natureza da empresa ou o seu ano de início, o que porventura poderá trazer indicadores sobre a expansão empresarial na região.

Sugere-se ainda uma possível abordagem mais centrada nas decorrências da barragem de Alqueva, passados vinte anos da sua inauguração, e que impacta, incontestavelmente, o desenvolvimento económico e sustentável do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Referências Bibliográficas

- Abranja, N. (2017). O empreendedorismo como sustentável: proposta de modelo conceptual. *Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 9(2). Disponível em <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/4464/2536>
- Ahmed, A., & McQuaid, R. W. (2005) Entrepreneurship, management, and sustainable Development. *World Review of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, 1(1), 6–30. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/5173445_Entrepreneurship_management_and_sustainable_development
- Almeida, F. (2002) *O Bom Negócio da Sustentabilidade*. [e-book]. Disponível em <http://www.fernandoalmeida.com.br/livros/livro-fernando-almeida-sustentabilidade.pdf>
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baroni, M (1992). Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas* 32(2), 14-24. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rae/a/KK6CpjmBvCwCN65hcx5Xqb/?format=pdf&lang=pt>
- Barriball K. L. & While A. (1994) Collecting data using a semi-structured interview: a discussion paper. *Journal of Advanced Nursing* 19, 328-335. Disponível em https://www.academia.edu/11555733/Collecting_data_using_a_semi_structured_interview_a_discussion_paper
- Baumol, W. J. (1968). Entrepreneurship in Economic Theory. *The American Economic Review*. Papers and Proceedings of the Eightieth Annual Meeting of the American Economic Association, 58(2), 64-71. Disponível em https://www.cooperative-individualism.org/baumol-william_entrepreneurship-in-economic-theory-1968-may.pdf
- Butler, R. W. (1999). Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1(1), 7-25. doi: 10.1080/14616689908721291
- Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. (n.d.). História do concelho [Web site]. Disponível em <https://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/municipo/o-concelho-de-reguengos-de-monsaraz/historia/>
- Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. (2023). Notícias [Web site]. Disponível em <https://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/noticias/>
- Chandler Jr, A. D. (1962). *Strategy and Structure. Chapters in the History of the Industrial Enterprise*. [e-book]. Disponível em https://archive.org/details/strategystructur00chan_0/page/n7/mode/2up
- Comité das Regiões Europeu. (2022). Região Empreendedora Europeia (EER). [Web Site]. Disponível em <https://cor.europa.eu/pt/engage/Pages/european-entrepreneurial-region.aspx>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. (2020). *Estratégia Regional*. Disponível em: <https://www.cedr-a.gov.pt/er-2030/>
- Crnogaj, K., Rebernik, M., Hojnik, B. B., & Omerzel, G. D. (2014). Building a model of researching the sustainable entrepreneurship in the tourism sector. *Kybernetes*, 43, 377-393. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/263338263_Building_a_model_of_researching_the_sustainable_entrepreneurship_in_the_tourism_sector

- Dean, T. J., & McMullen, J. S. (2005). Toward a theory of sustainable entrepreneurship: Reducing environmental degradation through entrepreneurial action. *Journal of Business Venturing* (22), 50–76. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/222645131_Toward_a_theory_of_sustainable_entrepreneurship_Reducing_environmental_degradation_through_entrepreneurial_action
- Duarte, N. J. R., & Diniz, F. J. L. S. (2011). The Role of Firms and Entrepreneurship on Local Development. *The Journal of the Romanian Regional Science Association*, 5(1), 55-69. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/227490553_THE_ROLE_OF_FIRMS_AND_ENTREPRENEURSHIP_ON_LOCAL_DEVELOPMENT
- Ebert, M. (2017, outubro). Empreendedorismo Sustentável. *GV Executivo* 16(5), 37-41. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/72919/70107>
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with Forks. The Triple Bottom Line of 21st Century Business* (1st ed.). [e-book]. Disponível em <https://www.sdg.services/uploads/9/9/2/1/9921626/cannibalswithforks.pdf>
- Europeia, União. (n.d). Política regional [Web site]. Disponível em https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/regional-policy_pt
- Flyvbjerg, B. (2011). Case Study. In Denzin, N. K., & Lincoln. Y. S (Ed.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (pp. 301-316.). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- George, A. L. & Bennet, A. (2005). Case studies and theory development in the social sciences. Cambridge, MA.: MIT Press.
- Goldenberg, P., Marsiglia, R. M. G., & Gomes, M. H. A. (2003). *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde* (20th ed.). [e-book]. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classico_novo_abordagens_ciencias_sociais.pdf
- Gomes, A. (2008). Nuances: estudos sobre Educação. *Presidente Prudente*, 15 (16), 215-221. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/187/257>
- Gomes, A. F. (2005). O Empreendedorismo como alavanca para o desenvolvimento local. *Revista Eletrônica de Administração*, 4(2). Disponível em <https://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/192>
- Hisrich, R.D., Peters, M. P., & Shepherd, D.A. (2017). *Entrepreneurship* (10th ed). New York: McGraw-Hill Education
- Hox, J. J., & Boeije, H. R. (2005). Data Collection, Primary vs. Secondary. *Enciclopedia of Social Measurement*, 1, 593-599. doi: 10.1016/B0-12-369398-5/00041-4
- IAPMEI, I.P, Agência para a Competitividade e Inovação, I.P, (2022). *Guia Prático do Empreendedor*. [e-book]. Disponível em [https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Empreendedorismo-\(1\)/Guias-e-Manuais-de-Apoio.aspx](https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Empreendedorismo-(1)/Guias-e-Manuais-de-Apoio.aspx)

- INA. (2022). Administração local e descentralização na perspetiva do desenvolvimento sustentável das cidades. In INA (Eds.), *A Reforma do Estado e da Administração Pública: Vol I. Atas do XXV Congresso do CLAD* (p. 15). ISBN: 978-989-8096-60-9.
- Ioppolo, G., Cucurachi, S., Salomone, R., Saija, G., & Shi, L. (2016). Sustainable Local Development and Environmental Governance: A Strategic Planning Experience. *MDPI*, 8(2). doi: 10.3390/su8020180
- Jardim, J. (2020). Regiões Empreendedoras: Descrição e Avaliação dos Contextos, Determinantes e Políticas Favoráveis à sua Evolução. *Revista de Divulgação Científica AICA*, 197-212. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/349762632_Regioes_Empreendedoras_Descricao_e_Avaliacao_dos_Contextos_Determinantes_e_Politicas_Favoraveis_a_sua_Evolucao
- Klarin, T. (2018). The Concept of Sustainable Development: From its Beginning to the Contemporary Issues. *Zagreb International Review of Economics & Business* 21(1), 67-94. doi: 10.2478/zireb-2018-0005
- Lordkipanidze, M., Brezet, H., & Backman, M. (2005). The entrepreneurship factor in sustainable tourism development. *Journal of Cleaner Production*, 13(8), 787-798. doi: 10.1016/j.jclepro.2004.02.043
- Martins, J. M. (2010) *Estratégia Organizacional Dinâmica* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Merca, J. L. J. O. (2020). “*Construção da base*” de cenários para o concelho de Reguengos de Monsaraz 2030. *Diagnóstico sociológico prospetivo e jogos de atores* (Dissertação de mestrado, Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, Portugal). Disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/26975>
- Mintzberg, H. (1987). The Strategy Concept I: Five Ps For Strategy. *California Management Review* 30(1), 11-23. Disponível em <https://www.fritz.tips/wp-content/uploads/2021/03/Mintzberg-5Ps-for-Strategy.pdf>
- Moutinho, L. (2000). *Strategic Management in Tourism*. Wallingford: CABI Publishing.
- Nations, United. (1987). *Our Comon Future. Development and International Economic Co-operation: Environment*. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/139811>
- Nations, United. (2022a). Sustainable Tourism [Web site]. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sustainabletourism>
- Nations, United. (2022b). The Sustainable Development Agenda [Web Site]. Disponível em <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>
- Nations, United. (2023). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [Web Site]. Disponível em <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Nicolau, I. (2001). *O Conceito de Estratégia*. Retirado de ISCTE, Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial. Disponível em <https://student.dei.uc.pt/~nfnt/conceito%20estrategia.pdf>
- Olímpio, M., Baltazar, M. S., & Grosso, L. (2013). Empreendedorismo em territórios de baixa densidade. *O Futuro do Mundo Rural em Questão: Atas do I Congresso de Estudos Rurais do Norte Alentejano*. Portalegre, 4, 102-116. ISBN: 978-989-98406-7-6

- Organization, W.T. (2005). Making Tourism More Sustainable. A Guide for Policy Makers. [e-book]. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284408214>
- Organization, W.T. (2013). Sustainable Tourism for Development Guidebook (1st ed.). [e-book]. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284415496>
- Peneder, M. (2009). The Meaning of Entrepreneurship: A Modular Concept. *Austrian Institute of Economic Research*, (335) Disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/128875>
- Porter, M. E. (1979). How Competitive Forces Shape Strategy. *Harvard Business Review* 57(2), 137-145. Disponível em https://asiakas.kotisivukone.com/files/laatuoptimi2013.kotisivukone.com/tiedostot/porter_5competitive_forces.pdf
- Porter, M. E. (1996). What is Strategy? *Harvard Business Review*, 74(6), 62-78. Disponível em https://iqfystage.blob.core.windows.net/files/CUE8taE5QUKZf8ujfYIS_Reading+1.4.pdf
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006) Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility. *Harvard Business Review*. Disponível em https://www.fsg.org/wp-content/uploads/2021/08/Strategy_and_Society.pdf
- Portuguesa, República. (n.d.). *Estratégia para a Coesão Territorial*. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/gc22/programa-de-valorizacao-do-interior/estrategia-para-a-coesao-territorial-pdf.aspx>
- Saarinen, J. (2006). Traditions of Sustainability in Tourism Studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), 1121–1140. doi: 10.1016/j.annals.2006.06.007
- Savitz, A. W., & Weber, K. (2006). The Triple Bottom Line. How Today's Best-Run Companies Are Achieving Economic, Social and Environmental Success -- and How You Can Too (1^a ed.). San Francisco: Jossey-Bass.
- Schumpeter, J. A. (1994). *Capitalism, Socialism and Democracy (1st ed)*. London: Routledge.
- Singh, S. (2014). *Impact of corporate social responsibility disclosure on the financial performance of firms in UK* (Dissertação de mestrado), School of Management and Governance of the University of Twente, Enschede, Netherlands. Disponível em <https://essay.utwente.nl/65014/>
- Stake, R. E. (1995). *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks, CA: SAGE
- Stevenson, H. H., & Jarillo, J. C. (1990). A Paradigm of Entrepreneurship: Entrepreneurial Management. *Strategic Management Journal*. Special Issue: Corporate Entrepreneurship (11), 17-27. Disponível em https://www.academia.edu/69133220/A_Paradigm_of_Entrepreneurship_Entrepreneurial_Management
- Traverso, L. D., Certetta, C. C., Ribeiro, M., Toselli, C., Takats, A., & Kneipp, J. M. (2019). Turismo sustentável e desenvolvimento regional: Resultados da investigação realizada em empreendimentos turísticos da Argentina e Brasil. *Tourism and Hospitality*

International Journal, 12 (2), 12-24. Disponível em <https://thijournal.isce.pt/index.php/THIJ/article/view/237>

Ventura, M. M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista da Sociedade Brasileira de Cardiologia*, 20(5), 383-386.

Wall, G. Dr. (2007). *Sustainable Development, Sustainable Tourism and Sustainable Livelihoods*. Paper prepared for the 2007 International Tourism Biennial in Çanakkale, Turkey. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/228910077_Sustainable_Development_Sustainable_Tourism_and_Sustainable_Livelihoods

Yazan, B. (2015). Three approaches to case study methods in education: Yin, Merriam, and Stake. *The Qualitative Report*, 20(2), 134-152. Disponível em <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR20/2/yazan1.pdf>

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos* (2ª ed.). São Paulo: Bookman.

Apêndices

Apêndice 1 – Guião de entrevista

Questões de entrevista

1 - Políticas de desenvolvimento de Reguengos de Monsaraz que incentivam o empreendedorismo local

- 1 – Quais as políticas de desenvolvimento em vigor? Que resultados têm?
- 2 – Qual a importância do empreendedorismo local para a região?
- 3 – O que pode ser feito ainda para incentivar empreendedores e investidores?

2 - Apoio ao empreendedorismo local para retenção da população mais qualificada e criação de postos de trabalho sustentáveis

- 1 – Que medidas existem destinadas à retenção da população mais qualificada?
- 2 - Qual a importância da criação de postos de trabalho sustentáveis para o desenvolvimento económico de Reguengos de Monsaraz?
- 3 – O que pode ser feito ainda para atrair e fixar este tipo de população?

3 – Complemento entre a estratégia de desenvolvimento do município e a estratégia de negócio das empresas

- 1 – Como é que a estratégia de negócio do município se relaciona com a das empresas locais?
- 2 – Qual a estratégia do município para atrair novas empresas?
- 3 – Que exemplos positivos, decorrentes das práticas adotadas dos últimos dez anos, podem ser indicados?

4 - Contributo do sector do turismo para o desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz no cumprimento dos critérios de desenvolvimento sustentável

- 1 – Qual a importância do turismo para o desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz?

2 – Em que medida o turismo promove o desenvolvimento sustentável de Reguengos de Monsaraz?

3 – Que medidas de desenvolvimento sustentável têm sido alcançadas por Reguengos de Monsaraz através do turismo?

Anexos

Tabela 3.1 – Tabela de Análise de Entrevistas

Categoria - Empreendedorismo local
Subcategoria - Políticas de desenvolvimento
Unidade de Registo <ul style="list-style-type: none">- Criação de emprego;- Promoção das empresas locais;- Programas de desenvolvimento jovem;- Valorizar a iniciativa privada;- Medidas insuficientes;- Desconhecimento de medidas;- Elevada dívida pública;
Unidade de Contexto
<p>“Existe uma preocupação com a promoção da criação de emprego, nomeadamente, junto da população jovem. Formação e capacitação, assim como da promoção e publicidade das empresas locais”.</p> <p>Líder da Juventude Social Democrata.</p>
<p>“As medidas locais não são suficientemente impulsionadoras para o desenvolvimento da região, são mais superficiais”.</p> <p>Empreendedor 1</p>
<p>“Caso existam, desconhecemos”.</p> <p>Empreendedor 2</p>
<p>“Temos ano e meio de governação e encontrámos uma dívida astronómica. Temos uma ideologia que dá bastante importância e valor ao que é a iniciativa privada (...) e estamos neste momento a priorizar o que tem a ver com o investimento e empreendedorismo jovem”.</p> <p>Sra. Presidente da Câmara</p>

Subcategoria - A importância do empreendedorismo local
Unidade de Registo
<ul style="list-style-type: none"> - Economia local; - Dinamismo; - Sobrevivência do concelho; - Próprio emprego; - Reconhecimento do valor identitário.
Unidade de Contexto
<p>“Identifico seis aspetos elementares:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Fixação de mão de obra qualificada e jovem; •A renovação da população, e dos serviços, que se tornam inovados; •Incentivo à economia local; •Aumento da exportação, no campo dos produtos regionais, e o seu reconhecimento e valorização; •Aumento da qualidade de vida recorrendo a um maior PIB per capita local; •E uma maior triagem na empregabilidade, diminuição do desemprego e aumento geral remuneratório”. <p>Líder da Juventude Social Democrata.</p>
<p>“A sobrevivência de Reguengos de Monsaraz deve-se ao tecido empresarial de micro e médias empresas e do dinamismo que estas proporcionam à região”.</p> <p>Empreendedor 1</p>
<p>“A criação do próprio emprego e/ou de pequenos/médios negócios locais é uma das saídas para os residentes da região. Existem muitas pessoas que continuam a empreender, principalmente na cidade, com a criação de cafés, restaurantes, mercado ligado ao trabalho agrícola, alojamentos locais, cabeleireiros, esteticistas, etc. Este movimento é sempre importante pois ajuda a dinamizar a região e a proporcionar serviços com oportunidade de escolha para o cliente”.</p> <p>Empreendedor 2</p>
<p>“Toda a importância. Queremos que o nosso concelho seja muito desenvolvido. O nosso maior sonho, meu e do meu executivo em funções, é que os jovens voltem, que façam cá a sua vida e que tenham vontade de ter cá as suas famílias. Queremos ser um concelho modelo. Já somos muito conhecidos no setor turístico onde estamos em</p>

franco desenvolvimento. Damos apoio também aos turismos locais, aos alojamentos locais, licenciámos com a maior celeridade possível e já são quase 900 camas só de alojamento local, para um total de setenta mil dormidas só em 2022. O empreendedorismo local, que significa gerador de negócio, de economia e que promove o desenvolvimento da nossa sustentabilidade, portanto, a questão do empreendedorismo é absolutamente fundamental”.

Sra. Presidente da Câmara

Subcategoria - O incentivo ao investimento

Unidade de Registo

- Caminho sem fim;
- Taxas mais reduzidas;
- Maior investimento;
- Desconhecimento e inacessibilidade;
- Necessidade de tempo.

Unidade de Contexto

“O empreendedorismo e o investimento são um caminho sem fim, que nunca estará completo. Queremos fazer do concelho, referência. Ao impedir a estagnação económica e de inovação. Ao investir em melhores estradas e transportes públicos. Serviços mínimos bem distribuídos. Na inovação da zona industrial. No uso consciente do solo, plantios, e na redução do IRC para pequenas e médias empresas”.

Líder da Juventude Social Democrata.

“Seria positivo que pudessem existir taxas mais reduzidas de IRC para maior investimento dos empresários locais”.

Empreendedor 1

“O acesso à informação deveria ser mais disseminado e distribuído. Se existem medidas de apoio a empreendedores, esse conhecimento não chega a todos. Poderia existir um local a que as pessoas pudessem recorrer para pedir ajuda a criar o próprio negócio, que incentivos existem, ter ajuda a criar projetos para solicitarem ajudas, nacionais ou europeias, no fundo, aconselhamento, orientação e mediação de projetos/negócios. Esta empresa nasceu apenas da força de vontade da proprietária em criar um negócio, no entanto, sem qualquer auxílio externo”.

Empreendedor 2
<p>“Muita coisa. Como indicámos apouco, iniciámos pelos jovens. Temos a noção da necessidade imperativa de trabalhar esta área e gostaria de deixar a ressalva de que precisamos de tempo, pois iniciámos há muito pouco tempo o nosso trabalho executivo”.</p> <p>Sra. Presidente da Câmara</p>

Categoria - Retenção da população mais qualificada
Subcategoria - Medidas atuais de retenção
Unidade de Registo
<ul style="list-style-type: none"> - Programas de estágio ineficazes; - Divulgação insuficiente; - Trabalhar fora do concelho; - Estudar tendo em conta a realidade laboral da zona; - Dívida pública; - Espaços de <i>coworking</i>; - Apoio às empresas; - Concelho sistémico.
Unidade de Contexto
<p>“Nos últimos anos apenas a estratégia de criação de programas/ estágios para a inserção temporal de licenciados no mercado de trabalho. No entanto, na grande maioria das vezes, sem a efetivação de permanência destes nos locais onde estiveram a estagiar. No entanto estamos precisamente a trabalhar para mudar essa realidade”.</p> <p>Líder da Juventude Social Democrata.</p>
<p>“Não conheço medidas de apoio à retenção da população qualificada. Existem sim algumas empresas que utilizam níveis de formação mais elevado, mas são poucas, e boa parte delas até têm trabalhadores naturais de Reguengos. Quando não têm, é porque essa formação não existe na região. Por outro lado, na escolha da formação, tem de haver noção se é possível, com esses conhecimentos, encontrar emprego na região. Caso não seja possível, ou facilmente viável, deve haver um planeamento para o empreendedorismo, ao criar-se o próprio emprego, o que já permite continuar a residir em Reguengos. No meu caso a minha formação ideal seria Marketing, mas optei pelo</p>

Turismo, pela falta de saídas profissionais que sabia que teria. Ainda assim, fui mais longe e criei o meu próprio negócio”.

Empreendedor 1

“Desconhecimento de tais medidas. A maioria dos jovens com qualificações acaba por trabalhar fora, muitos nem querem sair da região, mas são obrigados a isso. Alguns conseguem emprego em Évora e mantêm-se a viver na região”.

Empreendedor 2

“Estamos a desenvolver um projeto na área do empreendedorismo jovem que pode ajudar à retenção, atração e regresso de população. Para nós são três conceitos fundamentais e importantíssimos. Aquilo que nós assistimos, por norma, tem a ver com os jovens que saem para estudar, ficam qualificados e depois não regressam à terra por falta de condições e é, de facto, nesse sentido que nós temos mesmo de agir. Em relação ao apoio ao empreendedorismo e ao emprego, estamos a criar um espaço de *coworking*, que tem precisamente como objetivo disponibilizar um espaço agradável para trabalhar. Relativamente à fixação de jovens qualificados, temos, neste momento, apoio até cinco empresas, que é o que podemos fazer com o nosso orçamento municipal de sete milhões de euros e que está 90% comprometido com o pagamento da dívida e dos empréstimos. Ainda assim este programa é totalmente suportado pelo município. O nosso apoio é realizado através do pagamento do subsídio de almoço durante dois anos, para empresas que contratem um técnico superior por tempo indeterminado e que tenha entre os 18 e os 35 anos. Temos sempre de olhar para o concelho como um concelho completo, sistémico em que tudo funciona. Tem de funcionar a saúde, a cultura, a educação, a ação social, e têm de perceber que aqui podem viver bem”.

Sra. Presidente da Câmara

Subcategoria - Criação de emprego sustentável

Unidade de Registo

- Qualidade de vida;
- Desenvolvimento económico;
- Perda de população;
- Opções de subsistência;
- Trabalho sazonal.

Unidade de Contexto

“Um concelho com postos de trabalho que não sejam precários, que geram qualidade de vida e capacidade financeira de quem é trabalhador, e de quem emprega através da produção, é meio caminho para ter um território com desenvolvimento económico em

evolução. A repercussão disso é a veloz perda de população jovem nos últimos anos, a falta de habitação, a precariedade no trabalho, a pouca diversidade no que respeita às áreas académicas, os trabalhos sazonais, e que se fazem sentir na economia do concelho. Existe agora a tentativa de amenizar essas repercussões”.

Líder da Juventude Social Democrata.

“Nesta perspetiva, não são as empresas que têm de criar condições para manter as pessoas, são as pessoas que têm de ter opções de formação que se lhes permita manter-se em Reguengos”.

Empreendedor 1

“Para um futuro a médio/longo prazo será algo que se deve ter muito em conta. Ainda que a região tenha muito trabalho agrícola e de turismo, por exemplo, e que este prospere, não deixa de ser uma realidade sazonal e as pessoas precisam e merecem ter trabalhos que durem o ano inteiro”.

Empreendedor 2

“É absolutamente fundamental, assim como é fundamental o apoio do município às empresas que criam estes postos de trabalho sustentáveis, e temos sempre a porta aberta para ajudar e estarmos ao lado dos empresários”.

Sra. Presidente da Câmara

Subcategoria - Atração e fixação

Unidade de Registo

- Infraestruturas;
- Educação;
- Próprio emprego;
- Habitação acessível;
- Acesso à saúde;
- Cultura.

Unidade de Contexto

“Além do investimento no que diz respeito à remodelação e inovação de infraestruturas, o atual executivo da Câmara Municipal tem apostado muitíssimo na política de proximidade, através da auscultação e reflexão conjunta. Além disso, existe agora um conjunto de medidas que serão determinantes para a fixação de população jovem e, por sua vez, qualificada no concelho. Este pacote, que tem efeitos retroativos a janeiro de

2023 assenta em seis eixos estruturais: natalidade, social, habitação, empreendedorismo, educação e formação e saúde”.

Líder da Juventude Social Democrata

“A questão da retenção tem a ver com a própria matéria humana. Perceber-se o que é primordial para a população se manter na região. No entanto, também pode não haver esse interesse em continuar a residir em Reguengos. A nível de estratégia, a visão deveria ser: ou se procura formação superior que tenha aplicabilidade na realidade do mercado de trabalho de Reguengos, ou se cria o próprio emprego. Um programador, por exemplo, atualmente pode trabalhar a partir de qualquer lado. A minha filha vai uma vez por semana ao escritório em Lisboa, mas está a restante semana a trabalhar e a residir em Reguengos de Monsaraz”.

Empreendedor 1

“Talvez começar pela base, ao aliciar empresas a fixarem-se ao criar condições para tal. Depois, tentar colmatar uma grande carência que existe, a falta de habitação. Não há habitação para compra a preços acessíveis em Reguengos e as que existem nas aldeias já começaram a ter preços também muito elevados. Não existe o meio termo, ou são casas a precisar de obras de raiz, ou são casas muito caras que as pessoas não têm como comprar, e mesmo assim vê-se muita gente a arriscar pela falta de opções. Sem esquecer a opção do aluguer, que é um verdadeiro milagre encontrar”.

Empreendedor 2

“Muito no seguimento do que já foi dito, é necessário olhar para o concelho como um todo. Estamos neste momento com o programa Saúde para Todos, que se destina a atrair e fixar médicos de família no concelho, para melhorar em muito aquilo que são os cuidados primários de saúde em Reguengos de Monsaraz. Creio que teremos a equipa completa no início de setembro, uma equipa de médicos novos, jovens, com vontade de estar no nosso concelho, a quem também damos incentivos, como por exemplo, casa de função e outros apoios. No fundo, é perceber que tudo tem de funcionar como um todo. As pessoas também têm de ter teatro, concertos, boas atividades para os seus filhos, boa educação, boas condições na escola, boas condições de saúde, uma boa biblioteca, bons equipamentos culturais, portanto, obviamente que tudo isto está interligado”.

Sra. Presidente da Câmara

Categoria - Estratégia de desenvolvimento e de negócio
Subcategoria - Estratégia complementar entre município e empresas locais
Unidade de Registro
<ul style="list-style-type: none"> - Eventos locais; - Forte limitação do investimento municipal; - Dívida pública; - Apoio à iniciativa privada.
Unidade de Contexto
<p>“A estratégia de negócio do município deve passar pela facilitação de condições que permitam às empresas locais implementar as suas próprias estratégias de negócio, numa ótica de complementaridade. É uma dinâmica bidirecional. E que, se trabalhada convenientemente, é bastante proveitosa não só para o município, no sentido de “gestor” do concelho, como para as empresas. Por exemplo, um evento promovido pelo município que traga a região dezenas de visitantes, representa alojamentos e restaurantes preenchidos, e comércio local a produzir riqueza”.</p> <p>Líder da Juventude Social Democrata</p>
<p>“Tendo em conta aquilo que é a realidade económica e financeira do município, não é fácil, porque, a partir do momento em que o município não pode fazer endividamento para financiar, e mais de 95% do orçamento que tem disponível é para coisas correntes, não há grande investimento a fazer, é uma gestão de contenção de problemas, por isso, aqui o que falta são fundos”.</p> <p>Empreendedor 1</p>
<p>“Acredito que uma das grandes preocupações do município seja evolução económica da região, no entanto também não existe facilidade do mesmo em investir diretamente na evolução das empresas locais devido à sua própria situação económica. No entanto, saliento a feira regional, Exporeg, que se realiza anualmente e que tem como objetivo a exposição, apresentação e dinamização das empresas, serviços e produtos locais ao público, tanto o da região, como o que vem de outras localidades. Ainda que seja um momento pontual no ano, acredito que consiga alavancar os negócios da região.”</p> <p>Empreendedor 2</p>

“O nosso executivo tem uma ideologia que dá bastante importância e valor àquilo que é a iniciativa privada, porque sabemos que é a partir da iniciativa privada que se gera a riqueza para os territórios, portanto, tem de haver o peso do Estado, o peso da ação social e o peso do empreendedorismo. Digamos que há aqui uma questão de equilíbrio que nós defendemos ideologicamente”.

Sra. Presidente da Câmara

Subcategoria - Atração de novas empresas

Unidade de Registo

- Incentivos a empresas criadas por jovens;
- Forte limitação do investimento municipal;
- Divulgação insuficiente.

Unidade de Contexto

“Não se verifica uma estratégia consistente, traduzida em medidas impactantes, nos últimos anos. Contudo, os apoios dirigidos às empresas, recentemente lançados, que dizem respeito, por exemplo, à atribuição de um prémio monetário para a *Start-up* mais inovadora, ou a isenção de taxas de derrama para empresas recém-criadas, tornarão eventualmente o concelho de Reguengos de Monsaraz um dos escolhidos para estas empresas se fixarem”.

Líder da Juventude Social Democrata

“A minha perspetiva vai ao encontro do que já disse anteriormente, não existindo forma de financiar meios para alavancar empresas, torna-se muito difícil por parte do município conseguir ter uma estratégia mais efetiva”.

Empreendedor 1

“Desconheço qual a estratégia do município, se existe algo mais direcionado neste sentido”.

Empreendedor 2

“Estamos também a criar um projeto chamado Prémio Inovação, que é destinado a empresas criadas ou geridas por jovens entre os 18 e os 35 anos, em que a empresa tenha sede no concelho. No fundo é o prémio para a *Start-up* do ano, que vai oferecer

um valor pecuniário de 1500€, mas se tivermos uma grande aderência, o valor pode ser sempre revisto para valores mais cativantes.

Para estas empresas, com sede no concelho, criadas por jovens entre os 18 e os 35 e que tenham um volume de negócios igual ou inferior a 150.000euros, temos ainda a medida de isenção total da derrama durante 3 anos e, a partir deste 3º ano, fica atribuído um valor irrisório de 0,2%”.

Sra. Presidente da Câmara

Subcategoria - Exemplos positivos

Unidade de Registo

- Turismo como alavanca;
- Crescimento económico;
- Aumento do número de empresas;
- Formação e acompanhamento ao empresário.

Unidade de Contexto

“O *boom* do turismo, extensível a todo o território nacional, traduziu-se também em Reguengos de Monsaraz, em alguns aspetos positivos. Podemos talvez apontar o aumento de pequenas e médias empresas relacionadas com a hotelaria e restauração, do qual é exemplo o Hotel São Lourenço do Barrocal que emprega um número elevadíssimo de trabalhadores”.

Líder da Juventude Social Democrata

“Existem várias reuniões, desde formação a apresentação de outros apoios que estão disponíveis, ou seja, nesse aspeto, a nível empresarial, temos notado uma melhoria significativa no que é o apoio e dinamismo do município. Tudo no que é acesso à informação. É uma medida recente, dos últimos dois anos, sensivelmente”.

Empreendedor 1

“Acredito que a promoção da região como destino turístico seja o melhor exemplo que temos. O concelho está cada vez mais concorrido e existe um largo crescimento em tudo o que o turismo nos tem trazido”.

Empreendedor 2

“Indo ao encontro do que já foi dito, precisamos de tempo para implementar os nossos projetos e sonhos no concelho”.

Sra. Presidente da Câmara

Categoria - Contributo do turismo no desenvolvimento sustentável

Subcategoria - A importância do turismo

Unidade de Registo

- Motor de desenvolvimento;
- Reconhecimento territorial;
- Reconhecimento cultural;
- Crescimento económico;
- Reabilitação urbana;
- Alojamento local.

Unidade de Contexto

“O turismo contribui de forma inequívoca para o aumento da massa económica e reconhecimento do território. Temos o exemplo do Castelo de Monsaraz aliado à Praia Fluvial. Temos as aldeias menos desabitadas, ainda que, eventualmente, com alguma perda de identidade. Além disso, existe um aumento de eventos promovidos na região, a distinção do enoturismo, distinção do foro arqueológico, ou distinção da capital do barro, em São Pedro do Corval que ainda assim, poderá ser mais promovida”,

Líder da Juventude Social Democrata

“Pode considerar-se o grande motor de desenvolvimento. O turismo foi o setor que mais cresceu nos últimos cinco, seis anos, tudo o resto decresceu. Ao olhar-se para a riqueza outrora gerada pelo vinho, ou está em queda ou completamente estagnada. Ao olhar-se para as receitas do turismo, vê-se que foi onde surgiram mais empresas, onde surgiu mais alojamento, onde surgiu mais movimento, ou seja, tem sido um real condutor do desenvolvimento no concelho”.

Empreendedor1

“O turismo é o setor que mais tem desenvolvido a região. Existe muito a agradecer-lhe. Atualmente encontra-se inúmeros alojamentos locais espalhados no concelho, assim como outras entidades hoteleiras, incluindo herdades de luxo. Há uma oferta bastante variada. No que respeita a experiências e atividades, verificam-se imensos restaurantes com a boa comida alentejana, as piscinas municipais e a praia fluvial de Monsaraz, que

alavancou também a região nos últimos anos e fez com que se fossem criados negócios relativos a desportos náuticos. Mais turismo, mais pessoas, mais desenvolvimento”.

Empreendedor 2

“O turismo é tao significativo, no que diz respeito à economia local, ao emprego, ao empreendedorismo, porque estas pessoas todas compraram casas, e muitas delas são daqui, compraram e reabilitaram-nas, e isto também é empreendedorismo local. No ano passado, 2022, tivemos mais de setenta mil dormidas no concelho durante o ano inteiro, subindo 20% em relação a 2021, e temos um tipo de turismo que nos interessa muito, que não é o turismo de massas, ainda temos um turismo onde as pessoas valorizam o que nós somos, o nosso património contruído e o nosso património imaterial, designadamente, as mantas, o cante, o *Dark Sky*, a nossa olaria, os nossos valores identitários, são muito reconhecidos por quem nos visita. Já temos 200 unidades de alojamentos locais registados, temos ao todo 228 unidades de alojamento, desde locais a hotéis, como o São Lourenço do Barrocal, o Montimerso etc., ou seja, o concelho neste momento já tem 1820 camas, o que é muito significativo, e todos os dias licenciámos novas unidades de turismo”.

Sra. Presidente da Câmara

Subcategoria - Promoção do desenvolvimento sustentável pelo turismo

Unidade de Registo

- Qualidade de vida;
- Valor cultural;
- Herança económica e cultural;
- Dinamismo;
- Impulso social;
- Economia circular;
- Inverter o isolamento.

Unidade de Contexto

“O turismo promove o desenvolvimento sustentável do concelho pelo seu reconhecimento e pelo seu carácter de futuro, enquanto destino turístico e nos resultados dessa realidade. Culturalmente valioso, fornece uma afluência de turistas nacionais e internacionais.

Além disso, poderá ser um destino empresarial mais apelativo quanto maior for e mais continuo for o investimento na acessibilidade, devido ao baixo custo de vida e na qualidade de vida acima da média”.

Líder da Juventude Social Democrata

“A minha noção de sustentabilidade é aquela em que se possa deixar às gerações vindouras aquilo que de melhor se possui, a nível natural ou material. Pode considerar-se que o turismo da região tem estado bastante sustentável, porque cresce constantemente, continua a haver procura, oferta, dinamismo, quer ao nível de restauração, alojamento, e até mesmo a tudo o que gera o turismo. O turismo não é só o número de pessoas que visitam, as pessoas que ficam e quanto tempo ficam, mas também o que se consome nos restaurantes, nos mercados, na oficina”.

Empreendedor 1

“Acredito que o desenvolvimento sustentável é um tema cada vez mais importante no quotidiano, ainda mais para as regiões do interior do país que querem (e devem) preservar o ambiente natural, a paisagem, as gentes. Desconheço o impacto que o turismo tem tido no sentido do equilíbrio ambiental, mas sabe-se que tem impulsionado bastante a nossa economia e sociedade local”.

Empreendedor 2

“Temos todos os cuidados que têm a ver com a recolha de resíduos sólidos urbanos. Ainda que estejamos muito longe daquilo que pretendemos alcançar em termos de sustentabilidade e proteção do ambiente, estamos atentos e a criar um caminho para lá chegarmos. Este é um tipo de turismo que nos faz muita falta e é aquilo que nós queremos, pois fazem girar a economia do concelho, geram riqueza e economia circular, e também nos alivia a sensação de isolamento que os concelhos do interior têm”.

Sra. Presidente da Câmara

Subcategoria - Medidas alcançadas

Unidade de Registo

- Aumento da oferta hoteleira;
- Aumento da oferta de restauração;
- Aumento da oferta lúdica;
- Aumento da oferta desportiva;
- Aumento da oferta cultural;
- Incremento das receitas locais;
- Reinvestimento no concelho.

Unidade de Contexto

“Uma oferta hoteleira e de restauração mais abundante e de maior qualidade;
A incrementação de empresas de carácter lúdico e desportivo;
E a dinamização de cada vez mais eventos culturais e recuperação dos já existentes, como é o caso do Monsaraz Museu Aberto”.

Líder da Juventude Social Democrata

“Ao existirem mais hotéis, alojamentos, vão existir mais necessidades de manutenção. Por exemplo, a minha empresa de animação turística, que todas as semanas gera trabalhos de oficina, uma vez que os *buggies* usados nos passeios precisam de manutenção, desde pneus, revisões, óleos, peças que se partem etc. Ou seja, existe sempre a criação de riqueza. Se não houvesse investimento turístico, se não houvesse turismo que permitisse este tipo de investimento, a própria oficina não faturava aquilo que fatura, o mesmo se passa com o hotel que precisa de manutenção”.

Empreendedor1

“A nível económico e social, o desenvolvimento do turismo tem incrementado cada vez mais a criação de novos negócios. Não se sabe a nível ambiental qual o registo da sua pegada para a nossa paisagem natural”.

Empreendedor 2

“Creio que podemos olhar a sustentabilidade e o concelho como um todo. Tudo o que o turismo nos traz, uma vez que gera emprego, gera riqueza, aquilo que fica no concelho e nas empresas, pessoas que vêm de fora e investem em habitação aqui, traz benefícios económicos e sociais, traz investimento que o município pode reinvestir no próprio concelho, na área social, na educação, nas políticas do jovens, na área da saúde, ou seja, havendo mais atividade económica no concelho pelo turismo, existe por consequência, um incremento do orçamento municipal que pode ser reempregue no desenvolvimento económico, social e ambiental do nosso concelho”.

Sra. Presidente da Câmara

Fonte Adaptado de Bardin (2009)